

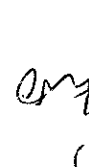
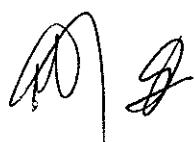
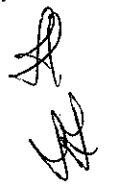
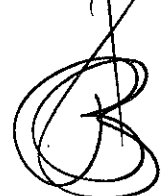
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião Ordinária de 03 de junho de 2016

1 Às oito horas e trinta minutos do dia 03 de junho, no auditório do câmpus Sapucaia do Sul, teve
2 início a reunião ordinária, conduzida pelo presidente, reitor Marcelo Bender Machado e com a
3 presença dos conselheiros e convidados Marilvana Giacomelli Tavares, Rafael Blank Leitzke,
4 Milton Britto de Almeida, Daiane Nogueira Luche, Silvia Elena Koth Sedrez, Mack Léo Pedroso,
5 Maria Helena Polgati Moreira, Daniela Cardoso Salau Barboza, Luciana Neves Loponte, Antônio
6 Pedro da Silva Junior, Matheus Silveira Venturini, Ana Carolina Mizuri Ishikawajima, Alexandre
7 Pitol Boeira, Edimara Luciana Sartori, Silvana Lurdes Maschio, Ana Elisa de Souza, Fabrício Luis
8 Haas, Giselle Schweickardt, Fernando Barkert, Geraldo Dias Barbosa, Pablo Machado Mendes,
9 Emerson da Rosa Rodrigues, Letícia Rehbein Jeske, Roberta Bermudes dos Santos Silva, Miguel
10 Ângelo Pereira Dinis, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Carlos Alberto Soares da Silva, Marilice
11 Chapper, Emanuel Marques Queiroga, Osni da Costa Rodrigues, Cláudia Redecker Schwabe,
12 Claire Gomes dos Santos, Fernanda Cristina Camillo, José Luiz Lopes Itturiet, Daltro Ben Hur
13 Ramos de Carvalho Filho, Diego Alessandro Pereira dos Santos, Renato Louzada Meireles, Isabel
14 Castro Bonow, Ademir Dorneles de Dorneles, Aline de Souza Nunes, Gelson Luis Peter Corrêa,
15 Fernanda Pereira Teixeira de Mello, Caciene Barbosa Mesko, Iuri Barcelos Pereira Rocha,
16 Douglas Medeiros Vieira Madruga, Marcel Moscarelli Correa, Célio Ziotti, Fabian Eduardo
17 Debenedetti Carbajal, Sara Bueno Rolando, Ricardo Neves Cabral, Henrique Ziglia Maia, Adelaide
18 Neis, Ricardo Pereira Costa, Manoel José Porto Júnior, Nilo Moraes de Campos, Marcos André
19 Betemps Vaz da Silva, Alessandro de Souza Lima, Mauro André Barbosa Cunha, Paulo Henrique
20 Asconavieta da Silva e Flávia Katrein da Costa. Justificaram a ausência os conselheiros Marcos
21 Roberto Miranda Prietto, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Letícia Santos da Silva e Bruna de
22 Oliveira Farias. O presidente Marcelo Bender cumprimentou os presentes e desculpou-se pela
23 mudança de data da reunião para que pudesse relatar a reunião ocorrida na véspera. O diretor
24 Mack Pedroso agradeceu a presença dos conselheiros no câmpus. O presidente relatou que na
25 data anterior conseguiu, como presidente do CONIF, pauta com o ministro Mendonça Filho,
26 estando presentes o novo secretário da SETEC e sua equipe, a nova secretária executiva, com a
27 meta de apresentar os gargalos da Rede, sendo que a principal é a consolidação dos institutos,
28 com a questão de pessoal e funções. Falou do PL que está tramitando no Congresso, propondo
29 a mudança da educação básica. Salientou a preocupação com as forças tradicionais que buscam
30 referenciais ultrapassados, ocasionando retrocesso de ações que já tivemos. Disse que desde
31 março vem tratando de buscar recursos orçamentários, uma vez que está sendo contingenciado;
32 que na reunião com o novo secretário foi informado de que a partir de outubro a arrecadação
33 vai ser focada para a folha de pagamento dos servidores. Em relação a códigos, explicou que o
34 IFSul e mais catorze institutos não receberam porque não têm mais bancos de servidores,
35 número dado pelo MEC. Que o pedido para alteração do banco estava na mesa do Ministro do
36 Ministério do Planejamento dia 12 de maio, mas este não compareceu; que até Temer assumir
37 quem ficou respondendo foi o secretário executivo, que não assinou os documentos solicitados
38 pela Rede; que conseguiu o novo modelo dos câmpus Pelotas e Pelotas-Visconde da Graça e a
39 autorização de funcionamento do câmpus Avançado Novo Hamburgo. Salientou que na reunião

40 com a secretaria executiva, colocou a necessidade de liberar os limites financeiros e o aumento
41 de banco no MPOG, também informou das necessidades urgentes que, não sendo atendidos em
42 breve, inviabilizará a instituição. Relatou que foi questionado pela secretária sobre outra forma
43 de contratação, mas que respondeu que se a instituição é das melhores do país é porque tem
44 docentes qualificados, com carreira que lhes permita ficar nos locais mais distantes do país. Em
45 relação ao Pronatec, o presidente disse à secretária que, se for reativado, o CONIF gostaria de
46 participar da mesa, pois o modelo posto fragiliza a Rede. Salientou que neste momento de
47 perspectiva de enxugamento da máquina é fundamental trabalhar para o fortalecimento da
48 Rede. Reforçou que este é o momento de estarmos mobilizados, procurando mostrar para a
49 comunidade e para o Brasil de que a Rede é o caminho estratégico de evolução do ensino para
50 o Brasil. A conselheira Daiane Luche apresentou a posição do sindicato, dizendo que têm sido
51 feitas assembleias regionais e apresentando o calendário de mobilização aprovado em
52 assembleia. O presidente disse que fará uma caminhada nos câmpus explicando o que está
53 acontecendo e quais os cenários possíveis. A seguir, o convidado Marcos Betemps pediu inclusão
54 de item de pauta referente ao Curso de Especialização em Linguagens e Tecnologias em
55 Educação, que foi aceita pelos conselheiros. Em continuidade foram **empossados os novos**
56 **conselheiros** e, posteriormente, aprovada a **ata 01/2016**. Foi apresentado os pedidos de
57 vacância dos conselheiros **Lisandro Moura** e **Sávio Campos**, que foram aceitos. Após, foram
58 submetidas à apreciação as **portarias ad referendum nºs 866/2016, 974/2016, 980/2016,**
59 **1094/2016, 1158/2016, 1160/2016, 1175/2016, 1190/2016 e 1176/2016**. Em relação à portaria
60 974/2016, o conselheiro Osni Rodrigues perguntou se, sendo a extinção de FCC de curso técnico
61 passando para curso de graduação, o curso técnico foi extinto. O conselheiro Geraldo Barbosa
62 confirmou a extinção do curso técnico. Em relação à portaria 980/2016, o convidado Ricardo
63 Costa pediu permissão para complementá-la, incluindo na resolução referente a ela, a oferta
64 para o Curso Técnico Integrado de Agroecologia em Canguçu, de 35 vagas em 2016/1 e para o
65 Curso Técnico Integrado em Agroecologia em Candiota de 40 vagas em 2016/1 e 40 vagas em
66 2016/2. Não havendo mais destaques, todas as portarias *ad referendum* foram homologadas.
67 Confirmada a existência de quórum qualificado, o presidente propôs a **alteração do art. 109,**
68 **inciso II, do Regimento Geral**. O diretor Alessandro Lima explicou que a seleção de estagiário é
69 local, de modo que a DER é responsável apenas pela seleção dos estagiários da reitoria. A
70 proposta foi aprovada por unanimidade. O assunto a seguir foi o **Planejamento Anual 2016**. O
71 conselheiro Osni Rodrigues pediu esclarecimento quanto à portaria das comissões e pediu
72 revisão dos nomes da comissão do câmpus Pelotas Visconde da Graça, uma vez que estava na
73 portaria, mas não participou de nenhuma reunião. Enquanto era buscada a portaria no sistema,
74 passou-se à discussão da **prorrogação do prazo de implantação do Regulamento de Atividade**
75 **Docente (RAD)**, apresentada em lâminas. O convidado Marcos Betemps lembrou que o CONSUP
76 aprovou o RAD em 23 de maio de 2014, com entrada em vigor na data de aprovação, com prazo
77 de dois anos para implantação plena e que este prazo encerrou no dia 23 passado, mas que
78 ainda não está implantado por todos os câmpus; que o assunto está vindo ao Conselho em
79 função da publicação da portaria nº 17 da SETEC, de 11 de maio de 2016, que estabelece as
80 diretrizes para regulamentação da atividade docente e com prazo de 180 dias para todos os
81 institutos adequarem seus regulamentos; que entende que o Conselho deve aprovar o pedido
82 de prorrogação da implantação do RAD para que haja tempo de ajustar e adaptar nosso
83 regulamento às diretrizes da portaria publicada pela SETEC; que a portaria traz atividades
84 docentes que têm que ser consideradas e muitos pontos já estão contemplados no nosso
85 regulamento. Que acha prudente a prorrogação até final de outubro, porque tem até 10 de
86 novembro para publicar o nosso regulamento, de acordo com a portaria 17. A proposta seria
87 criar uma comissão com representantes do Conselho Superior, com representantes de ensino,



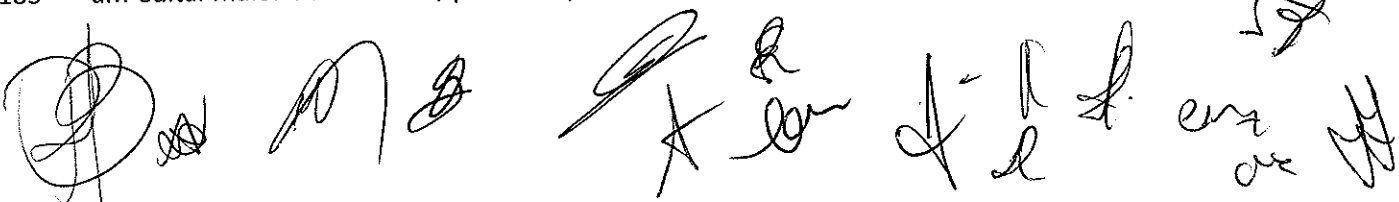
88 pesquisa e extensão dos câmpus, PROEN, PROEX, PROPESP, PROGEP, DDI e DTI; que a proposta
89 é que a DTI trabalhe em um sistema *on line*. Que a proposta seria a prorrogação do prazo e a
90 criação de comissão com sete representantes CONSUP e câmpus e seis representantes de pró-
91 reitorias e diretorias sistêmicas. Disse que já há vários procedimentos tentando revogar a
92 portaria 17, inclusive um documento do PROIFES, com o argumento que a SETEC ao definir qual
93 é o limite de carga horária para cada docente estaria ferindo o princípio da autonomia das
94 atividades pedagógicas de cada instituto. A conselheira Luciana Loponte esclareceu que o
95 câmpus Charqueadas já fez o mapeamento do RAD, que quase cem por cento dos professores
96 já fizeram o trabalho, que a dificuldade nesse momento é em relação aos projetos de pesquisa
97 e extensão que ainda não estão todos aprovados, que tem e ainda terá editais em aberto, que
98 gostaria de registrar que o câmpus Charqueadas está pronto para implantar o RAD; que precisa
99 trabalhar com afinco para ajustar os cronogramas dos editais, porque o regulamento diz que
100 precisa ter o plano de trabalho pronto quarenta e cinco dias antes do ano letivo e que tem esse
101 prazo praticamente atendido, porque os professores entraram em férias em 2015 com os
102 horários de 2016 em mãos. Disse que os projetos de pesquisa e extensão é que ainda não estão
103 postos, porque os editais rodaram após o início do ano letivo. Que hoje já tem problemas com
104 sete professores do câmpus, pois extrapolam as quarenta horas que o RAD permite colocar. Dos
105 sete, cinco são coordenadores de curso e esses são os casos mais graves. Que precisa dar
106 condições de trabalho a estes; que tem dois professores, coordenadores de curso, que embora
107 estejam nas doze horas-aula, têm estágios para supervisionar, atividades de gestão, um deles é
108 matriculado regularmente, está fazendo doutorado, e todos esses aspectos dão direito à
109 redução no RAD. É preciso trabalhar para ajustar essas questões e também o prazo dos editais.
110 Sabe que tem a questão orçamentária, mas entende que o regulamento está inadequado, que
111 em algumas épocas do ano vai estar em situação irregular. Disse que com esse cenário tem
112 condições de começar o segundo semestre com o RAD totalmente implantado e condições
113 melhoradas no que se refere ao trabalho dos professores. Que se for mantido o regulamento
114 em vigor, segunda-feira irá se debruçar junto com os coordenadores para organizar o horário;
115 que haverá necessidade de trocar professores de determinadas disciplinas; que logo em seguida
116 terá resultado de projetos e novamente mexerá nos horários; que as aulas estão em andamento
117 e sabe o prejuízo para os alunos e para o planejamento dos professores. Que esses são os
118 problemas que têm hoje, criados pelos prazos do regulamento; que do regulamento resulta um
119 plano de trabalho, mas acaba sendo alterado à medida em que entram os projetos. O
120 conselheiro Carlos Silva disse que a implantação do RAD é muito complicada, que não conseguiu
121 colocar para os colegas e que a pá de cal foi na última reunião, quando concluíram que era um
122 plano e entendiam ser um relatório; que há necessidade de, em algum momento, analisar o
123 trabalho feito em ensino, pesquisa e extensão, pela sua indissociabilidade; ratificou que
124 projetos e estágios ocorrem durante o ano e a impossibilidade de se prever isso; disse ser difícil
125 fazer uma regulamentação quando a imprevisibilidade está presente. É preciso valorizar o
126 trabalho dos colegas que até agora se debruçaram, mas o fato de ser plano tem que ser revisto,
127 talvez relatório, que o câmpus possa ter relatório do que a pessoa está fazendo, que é uma
128 questão crucial e que devemos nos debruçar sobre isso. O conselheiro Antônio Silva Jr. ratificou
129 as palavras do conselheira Luciana Loponte e manifestou-se, em nome do grupo que representa,
130 contrário à proposta de prorrogação do RAD; que os docentes do câmpus entendem que é um
131 trabalho de grande importância e deve ser respeitado, que ajustes devem ser feitos,
132 principalmente em relação ao parecer 17, mas acha importante a sua implementação, a
133 continuidade porque já está implantada e foi um trabalho construído há longo tempo por
134 representantes de todos os câmpus e precisa haver uma maneira de efetivar melhor; que a
135 dúvida apresentada pelo colega foi a mesma existente no câmpus, o que é plano de atividade e

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Handwritten signatures and initials on the left margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

o que é relatório de atividade; que o que tem sido cobrado é um relatório com cara de plano; que alguns colegas com a dificuldade de estabelecer um relatório num período anterior como se fosse um planejamento; que precisa planejamento, mas essa é uma questão de gestão de organizar e planejar isso; que os docentes entendem ser um relatório, que se trata de discriminar o que foi feito durante um período de atividade; que a solicitação de prorrogação seria para adequar a necessidade de incluir os editais que ainda estão em andamento, porque não sabe que editais serão aprovados, que atividades serão desenvolvidas, mas nem o plano garante a real situação do que tem acontecendo, a não ser um relatório de atividades desenvolvidas no final de cada semestre. É óbvio que vê problemas de professores que estão extrapolando sua carga horária, isso não é um problema dos docentes, é um problema de gestão; que a instituição tem que se adequar para atender essas necessidades que têm enquanto educadores; que professores extrapolando quarenta horas demonstra a necessidade de ter mais professores para adequar; acha uma lástima ter que negar projetos, dizer para o aluno que não pode ter projeto, que gostaria de orientar mas o RAD impede porque tem quinze, dezesseis horas em sala de aula e mais os planejamentos e não pode pegar. Disse que se for seguir à risca o regulamento, o câmpus Charqueadas tem vários e sérios problemas. Que tem sido dito que o RAD possibilita um ajuste de carga horária que o professor teria de planejamento para conseguir se adequar às quarenta horas, que sinceramente acha que isso não é sério, de se ter uma realidade do que realmente acontece com os docentes; então fica o registro de se manter e de discutir a realidade sobre o parecer 17. O chefe de Ensino do câmpus Sapucaia, Fábio Roberto Moraes Lemes, disse que participou da construção do RAD e que o câmpus já implementou, um pouquinho atrasado, que neste semestre 98% dos professores fizeram seu planejamento, que alguns professores extrapolaram, principalmente quem tem cargos, que foram feitas algumas escolhas difíceis, que tiveram que realocar turmas, períodos e disciplinas, eventualmente negar algum projeto; que o RAD contribuiu para o avivamento dos núcleos, que muitos docentes começaram a procurar outros espaços de atuação ou a registrar suas ações, que mais professores começaram a se inserir em projetos de pesquisa e extensão, que colegas que faziam capacitação sem afastamento se deram conta de que precisavam registrar esses projetos, então isso foi uma ferramenta para o câmpus se ver melhor em relação à atividade docente; que desde o início o entendimento foi de que plano é plano, que não quer dizer que ele vai fazer tudo o que ele colocar lá ele vai fazer, que ele está colocando suas macrointenções e a partir dele a gestão negocia com o docente algumas ações, por exemplo, se o docente não previu nenhuma hora para extensão no seu plano e entra algum projeto que não cabe em seu planejamento, a gestão se sente mais à vontade para dizer no parecer que isso não foi previsto no plano do docente; mas se ele previu um projeto de extensão de três horas por semana e vai levar quatro, aí é possível negociar, que isso é operacional; que com a pesquisa é a mesma coisa; que começou trabalhando com pesquisa, extensão e ensino porque são os redutores e o resto vai sendo ajustado; que o teste vai ser mesmo no final do semestre, com a entrega dos primeiros relatórios, lembrou que tem editais que o docente concorre mas têm os de fluxo contínuo, que teve 14 ou 15 projetos de extensão que não rodaram, uns 4 de pesquisa com mais de trinta docentes envolvidos e 3 ou 4 aprovados e os outros devem registrar nos de fluxo contínuo, que tem sido essa a orientação dada para manter a atividade. Considera o planejamento anterior uma ferramenta muito importante e defende continuar sem prorrogar, mas fazendo os ajustes à portaria. Que acredita que devem participar da comissão um membro da gestão e um membro da base. O convidado Manoel Porto, com relação às preocupações da diretora Luciana em relação aos editais, disse que se vive hoje um problema sério de planejamento, que não se sabe como o orçamento vai ocorrer, apesar que a LOA é feita em junho/julho, mas pode voltar a fazer um edital maior de extensão, por exemplo, no ano anterior, o que ajudaria no planejamento.



184 Pediu que os câmpus informem se preferem que a maior parte do edital seja feita no ano
185 anterior ou no ano em curso; que considerou inadequado o lançamento da portaria depois do
186 desgaste para elaborar o RAD que felizmente são poucas as mudanças em relação ao que se
187 construiu; que os que já conseguiram implantar não devem voltar atrás; que a caminhada das
188 pessoas constantes na comissão apresentada pelo convidado Marcos Betemps seja reconhecida
189 e permaneça desenvolvendo o trabalho; que este acompanhou bastante o processo, que foi
190 detectada a necessidade de representação da DTI. O conselheiro Fabrício Haas disse que está
191 em Venâncio Aires desde 2012 e desde então ouve sobre o RAD; que a regulamentação da
192 atividade docente é um assunto muito sério e todos fizemos muitos esforços no sentido de
193 implementar o plano que no fundo pretende regular, organizar e entre aspas moralizar o
194 trabalho docente; que os docentes com 40 horas sabem que muitas vezes fazem coisas que vão
195 além do salário e dos seus direitos; que o que se discute aqui são direitos e deveres; que no seu
196 câmpus, em áreas de humanas, as disciplinas só têm um professor, se o professor começa a
197 desempenhar cargos de coordenação, de projetos, começa haver uma limitação bem grande
198 para aplicar os limitadores, porque se um não está cumprindo sua carga horária, quem vai
199 substituir, se não tem outro colega; que acha interessante ter mais um tempo pra discutir por
200 ser uma questão muito delicada, pois não tem como colocar em prática algo que não é
201 executável, com situações que a pessoa vai extrapolar as 40 horas e quem irá pagar essa conta
202 será a gestão, um colega que poderá estar em nosso lugar futuramente, ou nós no lugar dele.
203 Ratificou a importância de ter um pouco mais de prazo para discutir a questão. O presidente
204 Marcelo Bender lembrou que o que está em pauta é se vamos ou não prorrogar o prazo, que é
205 claro que tem que discutir o RAD, mas para isso tem que criar o fórum. O conselheiro Pablo
206 Mendes sugeriu que a DTI deixe o software aberto para permitir as atualizações justificando
207 porque há o prazo de 45 dias antes para apresentar o plano, mas depois, principalmente em
208 câmpus pequenos, se fazem necessários adequações. Exemplificou dizendo que um professor se
209 afastou de última hora e por longo período; que as disciplinas dele foram distribuídas entre
210 professores da mesma área, para não desmotivar os alunos, mas estes não tiveram como alterar
211 o plano. Disse que talvez os colegas que ainda não entregaram, não o tenham feito por medo
212 de não ver seu trabalho reconhecido; que se ouve falar que todas as informações do RAD irão
213 valer para concursos futuros. O conselheiro Miguel Dinis manifestou-se favorável à prorrogação,
214 pois não influencia na aplicação do regulamento pelos câmpus, mas em função dos comentários
215 ouvidos hoje, é preciso continuar estudando o regulamento, tentando adaptar; que a
216 prorrogação por mais um ano permitirá corrigir as lacunas encontradas desde o início de sua
217 aplicação; ratificou a necessidade de deixar o sistema sempre aberto para incluir as alterações
218 que ocorrerem, uma vez que em câmpus pequenos todos participam de comissões, além da
219 imprevisibilidade de aprovação ou não de editais e inclusão de projetos no edital de fluxo
220 contínuo, que pode ocorrer pelo meio do ano letivo. O convidado Mauro Cunha lembrou que
221 alterar o prazo não implica que quem já fez deva parar, mas sim dar mais prazo para quem ainda
222 não concluiu. Reforçou que a portaria da SETEC dá 180 dias para publicar horário dos professores
223 e altera algumas coisas como o número de aulas de 8 para 10, dependendo da RAP (relação
224 aluno -professor); que em relação ao prazo da portaria, enquanto estiver vigente deve ser
225 obedecida. O fato da prorrogação não significa que quem já implantou pare, mas dar um pouco
226 mais de folga a quem ainda não concluiu. O presidente Marcelo Bender ratificou que o pedido
227 de prorrogação partiu do CODIR, a partir do pedido de alguns diretores que ainda não tinham
228 concluído o processo. O conselheiro Fabian Carbajal disse que o câmpus avançado Jaguarão
229 conseguiu concluir o planejamento e por ser um câmpus pequeno apresenta todos os extremos,
230 dos docentes que não atingem a carga horária mínima, por ministrarem disciplinas com baixa
231 carga horária, aos que extrapolam as 40 horas, como coordenadores de curso, que chegam a 24



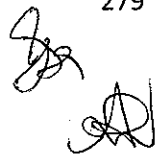
232 horas-aula; que considera fundamental a prorrogação para ver o que pode ser flexibilizado ou
233 reorganizado para resolver as situações específicas, lembrando que o câmpus ainda está em fase
234 de implantação. O conselheiro Carlos Silva encaminhou a necessidade de aprovar a prorrogação
235 de prazo e o aumento da representatividade dos professores de base, que são os que vivenciam
236 o dia a dia para que se possa ouvir todas as questões. O presidente Marcelo Bender disse que
237 há dois momentos a serem votados; o primeiro, debater e votar por uma prorrogação, com a
238 alteração do art. 29 do regulamento e o segundo é aprovar a composição de um grupo que vai
239 fazer uma análise e reestruturação do regulamento que já está em vigor, como forma de atender
240 à portaria 17 no prazo de 6 meses a contar da publicação da portaria. A conselheira Luciana
241 Loponte ratificou que o único problema no câmpus Charqueadas são os editais e que a
242 prorrogação deve definir o prazo. Disse que para votar no prazo, precisaria saber qual seria,
243 porque para Charqueadas seria suficiente que a prorrogação se desse até o segundo semestre.
244 O convidado Mauro Cunha ratificou que quem já está pronto deve aplicar, que a prorrogação é
245 para quem ainda não o concluiu e pôs em prática, que não é para aplicar a partir dele e sim até
246 ele. A conselheira Luciana Loponte encaminhou proposta no sentido de não prorrogar e
247 trabalhar para a revisão desses pontos, nos ajustes, melhoria do regulamento, revisão dos
248 prazos dos editais; outro aspecto, que os câmpus até 5 anos não são cobrados da RAP e nem
249 têm a urgência da implantação do RAD como os demais. Disse entender o câmpus Jaguarão onde
250 o professor trabalha num semestre porque não tem outro professor, que tem uma série de
251 arranjos para que as aulas sejam dadas, que pensa que até 5 anos os câmpus pudessem ficar de
252 fora dessa implementação. O presidente lembrou que o Conselho deliberou que seria 2 anos o
253 prazo de implantação completa do regulamento. O conselheiro Antônio Silva Jr lembrou que o
254 que veio à pauta foi uma solicitação do CODIR de prorrogação, na verdade, de suspensão, de
255 aplicação do RAD; que não recebeu nenhum documento que permitisse a discussão da
256 comunidade, não sabe que prazo é esse, e já está se iniciando um desdobramento para criar
257 uma comissão do CONSUP para analisar o regulamento que há muito tempo vem sendo
258 construído por um outro grupo com representantes de todos os câmpus, e não entendeu muito
259 bem o que essa comissão vai fazer e acha complicado votar ou aprovar alguma coisa nesse
260 sentido porque precisa ter o retorno com os colegas para saber o que o grupo acha desse
261 desdobramento e disse não estar preparado hoje para a votação. Se há necessidade de criar
262 novamente uma comissão isso deve ser enviado para os câmpus, discutido com os colegas, para
263 noutro momento trazer o posicionamento do grupo. O convidado Marcos Betemps disse que a
264 prorrogação do prazo estaria atrelada à portaria 17, 180 dias a contar da data da portaria, ou
265 seja, 10 de novembro de 2016. Isso seria o prazo de alteração do artigo 29 do nosso
266 regulamento. Discorda do conselheiro Antônio quanto à suspensão, que seria modificar no
267 Conselho o regulamento aprovado no Conselho alterando a data limite em que todos os câmpus
268 devem ter a finalização do primeiro processo de preenchimento de todos os documentos que
269 fazem parte do RAD, então a proposta é alterar o art. 29 dando prazo até 10 de novembro de
270 2016 para implementação e concorda com o conselheiro no sentido da representatividade; que
271 a comissão que trabalhou na construção do regulamento da atividade docente foi uma
272 comissão com 3 representantes de cada câmpus mais representantes da gestão, dois docentes
273 e um técnico-administrativo, mais diretor e pró-reitores, então foi uma comissão bem grande;
274 que a intenção de fazer uma pequena comissão era de fazer um estudo e levar à comunidade
275 uma discussão ampla do que implica a regulamentação da portaria 17, em cima do nosso
276 regulamento, não seria um grupo para fazer um regulamento e trazer para o Conselho por isso
277 não teria representatividade de todos os câmpus por isso um grupo pequeno com todas as
278 representatividades para fazer um estudo inicial do que teria que modificar para levar à
279 comunidade. O presidente disse que o estudo para adequação tem que ser feito é a política da















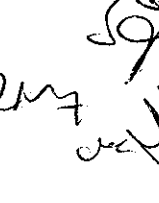
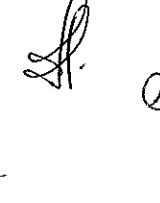

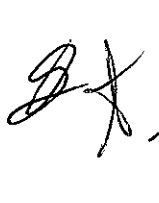
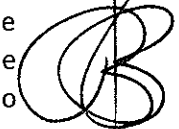
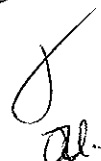





gestão é fazê-lo sempre com a participação da comunidade; que paralelo a isso foi constatada a existência de problemas de aplicação em alguns câmpus, que também poderiam ser discutidos para encontrar solução, o que poderia ser feito nesse período da prorrogação da implantação e encaminhou à votação a proposta de prorrogação do prazo, que foi aprovada por maioria, com 8 votos contrários e 2 abstenções. Colocou também o prazo da prorrogação que, de acordo com o CODIR, seria de até 180 dias a partir da data da portaria, 11 de maio, para que se tenha um regulamento adaptado ao da portaria 17, incluindo também a verificação dos gargalos existentes. Votada a proposta, foi aprovada por maioria, com 3 votos contrários e 4 abstenções. O presidente lembrou que em 10 de novembro deveremos estar com o documento finalizado, já devendo ter passado antes por este Conselho. O conselheiro Antônio Silva Jr lembrou que novembro é final de semestre letivo o que dificulta a operacionalização; disse que a comissão pode apresentar um estudo para o CONSUP, mas precisa ter o retorno dos colegas, porque aprovar sem a participação deles é complicado. O convidado Marcos Betemps disse que a proposta seria um grupo não muito grande para estudar o que no nosso regulamento está conflitante com a portaria, que fosse o ponto inicial para levar para a comunidade a discussão do nosso regulamento docente, que é o momento em que cada percepção pode ser trazida ao debate, para adequar o regulamento; que a comissão prévia faz um estudo para levar aos câmpus uma discussão mais embasada: o regulamento é esse, a portaria é essa, os conflitos são esses, temos que ajustar esses pontos para atender à portaria; que será passado em todos os câmpus, mas já com parecer. Perguntado se a proposta contemplava o posicionamento do conselheiro Antônio, este concordou e o presidente disse que então será formado um grupo que na próxima reunião trará a avaliação dos gargalos existentes e de adequação à portaria, para a partir daí seja levado às comunidades. O conselheiro Álvaro Nebel disse que portaria não se discute, se cumpre; que sobre o nosso regulamento docente, disse ter sido dito que seria um documento de gestão, que fez reunião com todos os docentes dizendo não precisar do RAD para fazer gestão do trabalho docente; que a portaria traz um aspecto de controle e fiscalização da atividade docente, não mais pelo diretor, mas pelo MEC, pela SETEC; que o regulamento foi feito olhando para a nossa realidade, olhando um pouquinho o que foi pactuado na construção dos institutos em termos de carga horária e número de alunos; que a portaria, por outro lado, traz uma regra para ser cumprida e fiscalizatória e não contempla a questão de 40 horas, assim como temos, é bastante diferente. Diz que a discussão tem que ser feita dentro dos câmpus, independente de comissão, com todos os docentes, estudar a portaria, ver bem o que ela afeta na atividade docente; depois ou em paralelo, a comissão vê a aplicabilidade porque nem todos os câmpus têm as mesmas características. Disse que se a comissão vai ser montada, ela é uma comissão da gestão, para ver como o instituto vai cumprir a portaria. O convidado Marcos Betemps disse entender diferente, que a comissão pode fazer um estudo do que a portaria implica em mudança no nosso regulamento; que a discussão já vai subsidiada com uma análise, porque não tem como coordenar a discussão em catorze câmpus; que se o grupo entende que os câmpus devem fazer isso independentemente é uma outra proposta. O conselheiro Álvaro Nebel disse que discussão tem que começar nos câmpus segunda-feira, com a comissão trabalhando em paralelo. A representante do câmpus Lajeado Cláudia Schwabe concorda com um grupo menor trabalhando para dar maior agilidade, mas com o cuidado para que não haja rediscussão de todo o RAD, mas somente uma adaptação à portaria; que são dois momentos, a partir do CODIR, de que forma prática poderia ser aplicada com os ajustes necessários e depois, à adaptação à portaria; que é isso que se quer e não a discussão do RAD; que não podemos ter a utopia de que sempre vamos conseguir segui-lo à risca, pois estamos falando de educação, onde sempre tem uma certa flexibilização; editais acontecem ao longo do semestre; que temos que ser práticos para não deixar a coisa se estender de novo; que uma comissão como a

proposta pelo convidado Betemps e depois, quando as coisas estiverem mais pontuais, levar para os câmpus para ganhar tempo e ficar mais prático. O presidente disse que tem duas propostas, uma é a comissão para fazer a avaliação da nova portaria a ser apresentada ao CONSUP e a outra é os câmpus fazerem a discussão e trazerem para o CONSUP direto. O conselheiro Álvaro ratificou a necessidade de que a partir de segunda-feira os câmpus discutam a portaria 17 e vejam no que ela afeta o regulamento. O presidente avaliou que o conselheiro Álvaro defende o trabalho paralelo dos docentes nos câmpus e da comissão, não esquecendo de visualizar as dificuldades, inclusive as que vão surgir a partir da nova adequação. Havendo concordância com esse posicionamento, passou-se à composição do grupo que pode ser constituído a partir de colegas, do Conselho e da gestão. O conselheiro Mack Pedroso propôs a participação de um representante da gestão, possivelmente o chefe de ensino e um representante docente de cada câmpus. O convidado Marcos Betemps disse que a indicação dos representantes de ensino, pesquisa e extensão é dos câmpus e não de cada câmpus; que a proposta feita aumentaria em 28 o número de participantes da comissão. O conselheiro Fabian Carbajal defendeu uma comissão não muito grande para não virar assembleia, que deve ser técnica pois vai trazer o resultado para este plenário que terá o direito de levar para os câmpus essas propostas e indicativos de fragilidades; que a tendência é recriar a comissão anterior, para que possa sintetizar tecnicamente o resultado das análises; que o prazo de trabalho também deve ser enxuto, baseado no material que já foi criado a partir do trabalho dos câmpus. O presidente encaminhou duas propostas: a de composição proposta na apresentação do convidado Marcos Betemps e outra com a inclusão de dois colegas de cada câmpus, um gestor e um professor. O conselheiro Carlos Silva sugeriu a retirada dos chefes de ensino, diminuindo em 14 o número de componentes e garantindo maior participação da base. O convidado Marcos Betemps lembrou que a proposta inicial era de comissão geral, não por câmpus, com 13 representantes: 3 representantes docentes do Conselho, independente do câmpus, 1 representante técnico-administrativo do Conselho, 3 representantes dos chefes de ensino, pesquisa e extensão de todos os câmpus, um de cada pró-reitoria e um de cada diretoria. Isso garantiria uma comissão enxuta que traria o estudo para o Conselho, que o levariam a sua comunidade. O conselheiro Osni Rodrigues defendeu a representação do sindicato na discussão. A conselheira Daiane Luche sugeriu que o representante do sindicato saia dos representantes do CONSUP. O presidente colocou em votação a proposta de criação do GT, aprovada por maioria, com 6 votos contrários e 4 abstenções. A seguir, colocou em votação a inclusão no GT de representante do sindicato, escolhido entre os conselheiros, aprovado, com 1 abstenção. Foi indicada a conselheira Caciane Barbosa Mesko, com a possibilidade de posteriormente ser substituído por outro representante, uma vez que Caciane é suplente. Foi sugerido o nome da titular Maria Lucia Monteiro, tendo sido informado que a mesma está afastada para tratamento de saúde. Consultado sobre a situação, o convidado Nilo Campos informou que a licença a impede de participar das atividades do Conselho. Os conselheiros docentes Milton Britto de Almeida, Antônio Pedro da Silva Junior e Carlos Alberto Soares da Silva se disponibilizaram a participar do GT, ficando o representante da PROESP, Marcos Betemps, encarregado de organizar a primeira reunião. Após discutidas as indicações, foram incluídos no GT os chefes de ensino dos câmpus Sapiranga, Sapucaia do Sul e Charqueadas. O convidado Manoel Porto Jr disse que a autonomia da instituição foi desrespeitada por ação do governo no apagar das luzes, quando poderia ter feito a implantação há três anos quando estabeleceu uma lei que pedia um regulamento de atividade docente e sugeriu que o presidente leve ao CONIF e o SINASEFE às instâncias superiores um posicionamento firme pela revogação da portaria 17, que quebrou a autonomia, porque toda a discussão feita na base acabou atropelada por um posicionamento intempestivo do governo. O presidente Marcelo Bender disse que haverá reunião na próxima

376 semana e que deverá ter posicionamento do CONIF não só em relação a esta portaria; que o
377 problema é que todas as portarias exaradas naquele momento estão em análise pelo governo
378 interino; que para defender um posicionamento firme é importante o trabalho desta comissão,
379 avaliando o que é importante; que já há posicionamento de reitores sobre a violação na
380 autonomia da instituição. Voltou à discussão o **Planejamento Anual 2016**. O convidado Mauro
381 Cunha apresentou a portaria com os nomes enviados pelos câmpus, onde constava o nome do
382 conselheiro Osni Rodrigues no memorando recebido do câmpus. Este sugeriu que seu nome
383 fosse retirado da portaria ou que o assunto fosse retirado de pauta, para retornar ao câmpus
384 para nova discussão com sua presença. O conselheiro Álvaro Nebel disse que estava de férias
385 quando foram feitas as reuniões, mas lembra que foi comunicação do gabinete para o sindicato
386 chamando para as discussões. O conselheiro Osni Rodrigues rebateu dizendo ser representante
387 dos servidores técnico-administrativos do câmpus, não do sindicato. O conselheiro Álvaro Nebel
388 disse não ver problema em que o assunto volte ao câmpus para discussão. O convidado Mauro
389 Cunha disse ser importante que o documento seja aprovado nesta reunião, pois já devia ter sido
390 há muito tempo, que foi adiado em função das greves e diferenças de calendário; que quer que
391 o planejamento de 2017 seja feito e aprovado ainda durante este ano, pretende iniciar em
392 agosto. Ratificou a importância de ser aprovado agora; que se o câmpus Pelotas Visconde da
393 Graça ou os conselheiros entenderem que deve rediscutir e apresentar algum adendo na
394 próxima reunião, não vê impedimento. O conselheiro Álvaro Nebel mostrou-se favorável a
395 rediscutir o planejamento com a participação do conselheiro e trazê-lo posteriormente para
396 aprovação em separado. O conselheiro Osni Rodrigues voltou a expressar sua posição de
397 supressão de seu nome da portaria ou retirada da pauta. O presidente perguntou sobre a
398 possibilidade da retirada do nome, tendo o convidado Mauro Cunha respondido que portaria
399 não cabe ao Conselho, que é atribuição do reitor; que deveria ser feita outra portaria retirando
400 o nome do conselheiro, mas que ele estaria na comissão até a data da nova portaria. O
401 conselheiro Milton Almeida manifestou-se contrário à retirada do nome, pois não pode
402 contrariar agora processo que foi organizado anteriormente; que se houve indicação ou escolha
403 dos técnicos do câmpus Pelotas Visconde da Graça não podemos excluir seu nome agora. O
404 presidente perguntou como se deu o processo, tendo o conselheiro respondido ter sido por
405 indicação. O conselheiro Álvaro Nebel disse que o problema é que as comissões para
406 planejamento são montadas em período de férias, ficando difícil reunir todos; que considerou
407 importante a informação de que o planejamento será feito durante o ano letivo. O convidado
408 Mauro Cunha reforçou que nada impede a aprovação nesta data, retornando ao câmpus para
409 rediscutir e trazendo possíveis propostas de alteração em próxima reunião do Conselho. O
410 presidente perguntou ao conselheiro Osni Rodrigues se isso o contemplaria: o planejamento
411 seria colocado em votação hoje com a ressalva de retornar ao câmpus Pelotas Visconde da Graça
412 para rediscussão e retorno na próxima reunião com adendos ou revalidação. O presidente
413 ressaltou a importância de votar hoje, por ser documento oficial que vai para os órgãos de
414 controle, com a ressalva de que o câmpus Pelotas Visconde da Graça deveria rediscuti-lo com a
415 participação do conselheiro Osni Rodrigues. Colocado em votação, o planejamento foi
416 aprovado, com 3 abstenções. A convidada Adelaide Neis apresentou o regulamento de
417 Patrocínio, disse ser uma demanda antiga em virtude de ações que se realizam nos câmpus e
418 onde há busca do apoio de empresas externas; que foi montada comissão desde o ano passado
419 para trabalhar na regulamentação, que foi conversado com os câmpus sobre suas demandas e
420 gargalos, a partir do que foi elaborada a proposta do regulamento. O conselheiro Osni Rodrigues
421 disse não existir parecer da Procuradoria Jurídica, o que considera interessante e, talvez,
422 também da Auditoria Interna. A convidada Adelaide Neis respondeu que a Procuradoria Federal
423 foi consultada, que o documento foi enviado e inclusive foram feitas algumas observações que



foram acatadas e feitas no documento que está sendo apresentado, e que pode disponibilizar o parecer se os conselheiros assim o desejarem. Não tendo os conselheiros achado necessária apresentação do documento, passou-se aos destaques. Em relação ao artigo 13, o conselheiro Mack Pedroso perguntou se as condições abrangem materiais e equipamentos. A convidada Adelaide Neis respondeu que o regulamento é bem abrangente, ele se aplica especificamente às empresas que desejam auxiliar os câmpus com materiais e equipamentos, que só não abrange recursos financeiros; que o tipo de equipamento deve ser definido no edital; que recursos financeiros precisam de outras regulamentações, através até da fundação. Então, a partir de chamada pública, a empresa pode participar com algum equipamento que fique em exposição durante determinado período ou que ela doe; em contrapartida, a instituição cede espaço para que a empresa exponha seus fôlderes e seu material de divulgação. O regulamento não fecha que tipo de material a empresa pode apresentar, pois esta definição deverá ser especificada no edital. O conselheiro Mack Pedroso perguntou como seria se, por exemplo, um câmpus estivesse realizando um torneio e gostaria de receber patrocínio de bolas, redes, troféus, que envolve dinheiro. A convidada Adelaide Neis disse que as empresas têm que doar o material, não o recurso referente a ele. O conselheiro Mack Pedroso disse que seu interesse é relacionado ao curso de eventos, que realiza muitas ações e que nesses eventos precisam é do dinheiro e perguntou se tem uma forma de tentar patrocínio financeiro. A convidada respondeu que é uma questão que precisa ser muito bem discutida, de que forma entraria esse recurso. O conselheiro Mack Pedroso parabenizou pelo regulamento. Perguntado se o patrocínio contemplaria bolsas de estudos, foi respondido que não. O convidado Henrique Maia perguntou se, por exemplo, em uniformes doados por determinada empresa constaria nas costas da camiseta o nome da empresa ou se ela doaria sem ter seu nome ali divulgado. A convidada Adelaide Neis disse que dependeria do edital. O convidado Henrique Maia disse ver com cuidado essa questão, qual seria o interesse da instituição ao ter o nome associado ao de uma empresa privada; que se vier edital nesses moldes fará consulta à procuradoria. A convidada ratificou que isso não está vetado no regulamento. O presidente lembrou que existe lei para isso e que deve ser obedecida e que cada edital deve passar pela procuradoria. A convidada Adelaide Neis confirmou que a legislação diz que todas as chamadas públicas precisam passar pela procuradoria. O conselheiro Osni Rodrigues mencionou que o art. 13 prevê a propaganda. O convidado Henrique Maia lembrou que foi questionado com a pergunta "onde diz que não pode" e lembrou que no serviço público só vale o que a lei permite; que uma publicidade de empresa do governo não tem problema, mas do setor privado é complicado. Lembrou empresas que estão envolvidas nos esquemas de corrupção, como as citadas na Lava Jato e perguntou se os conselheiros querem ver o nome da instituição ligado a elas. O conselheiro Osni Rodrigues lembrou que o artigo 14 diz que a publicidade deve ser previamente aprovada pelo gabinete do diretor-geral. A convidada Adelaide Neis explicou se referir a conferência de logomarca e cores, se estão de acordo. A conselheira Daiane Luche manifestou-se contrária a aprovação do regulamento porque ele abre uma janela para a iniciativa privada influenciar e fazer propaganda, pois considera, além de ilegal, imoral. O conselheiro Mack Pedroso reportou-se ao curso de Eventos e disse que, pela sua experiência, é inviável não ter o nome associado à marca. Exemplificou com a Bic, que doaria canetas para evento colocando a marca nas mesmas e que havendo recusa daria para a Unisinos, que concordaria; que o mesmo aconteceria com camisetas; que a Brasken daria uma máquina de R\$2.000.000,00, não podendo colocar a marca doaria para o Senac; que esse é o problema e com a situação que está se vivendo agora, com a escassez de recursos, é muito pior e teremos que fazer patrocínio sim e ver uma forma, vendo a legalidade disso; que outra preocupação que tem é com as chamadas públicas, porque quando são feitas têm prazo, que temos aqui uma ferramenta didática, de experiência profissional dos alunos que é a

Dr.

Ad.

T

OS

EL

MP

MP

MP

MP

MP

MP

MP

MP

MP


MP

MP

MP

realização de eventos; que o reitor e o auditor alertou mas, às vezes, o gestor tem que correr este risco porque é uma ferramenta didática. Lembrou que agora é um problema de todos, porque não temos R\$1,00 para investimento, então é preciso negociar tudo o que precisarmos. O convidado Manoel Porto disse que a discussão dos patrocínios vem de longa data e muitos projetos que chegavam à PROEX vinham com pedido de patrocínio e a cada pedido tinha um longo processo de idas e vindas com Procuradoria e PROAP o que acabava inviabilizando os projetos por questão de prazo; que o que se tentou desde então, com a participação da PROAP, foi criar um modelo que fosse de tramitação mais rápida, ficando assim mais fácil para o servidor ou gestor do câmpus que queira fazer chamada pública ter um modelo padrão em mãos, tendo que adequar de acordo com as necessidades de cada evento. É claro que temos que ter atenção para não desresponsabilizar o Estado pela manutenção das nossas instituições; que a PROEX continuará dando pareceres no sentido de evitar ações ao arrepio da lei, que possam provocar alguma penalização de um servidor público. Concordou com o convidado Henrique Maia a respeito da relação público/privado, que deve ser cuidada, mais por causa do privado, que quase sempre quer se aproveitar do público. Pediu que o regulamento seja aprovado para não inviabilizar ações que são boas, legais e de relação com a comunidade; salientou que a PROEX continuará negando ações que prejudiquem a instituição. A convidada Adelaide Neis reafirmou que a captação de patrocínio é sempre por chamada pública, que é a forma preconizada pela legislação. O conselheiro Carlos Alberto Silva parabenizou o projeto, concordou com o zelo do conselheiro Osni Rodrigues e do convidado Henrique Maia, mas disse estarmos num momento de não podermos caminhar sozinhos, que precisamos trazer as empresas para dentro da instituição seja para projetos de pesquisa e extensão, seja para participação de eventos e, às vezes, até para projetos muito maiores, para convênios tecnológicos de alta complexidade; que é preciso pensar grande nesse sentido; que não adianta ter uma supermecatrônica se ela não estiver em sintonia com uma fábrica de mísseis de São José dos Campos. Não adianta ter um bom curso de biologia se não tiver um laboratório para manipular; que só com o apoio do MEC isso não é possível; que é preciso convênios de grandes empresas para fornecerem as tecnologias necessárias. O conselheiro Rafael Leitzke insistiu nas falas dos convidados Adelaide Neis e Manoel Porto. Propôs que, já havendo parecer da Procuradoria deve ser aprovado e que se for detectado algum problema cabe ao reitor, justificando o motivo, suspender temporariamente até resolver as inconsistências, trazendo para o Conselho a nova redação. O presidente perguntou se a Auditoria dá parecer nesse tipo de documento. O convidado Henrique Maia respondeu que quem dá pareceres é a procuradoria, que ele poderá apenas dar orientações; que este é um ato de gestão e que cabe a ela ver o risco que quer correr; que não pode emitir parecer por questões normativas, mas pode dar opinião ao gestor; que se o documento passar por ele fará leitura e assinalará pontos que entende apresentarem fragilidades. O convidado Nilo Campos disse que a relação com a iniciativa privada é indispensável, que o que se está discutindo é a legalidade e a transparência da relação e esta é a proposta do documento apresentado; que o conselheiro Mack Pedroso citou equipamentos para o câmpus Sapucaia; que quando trabalhava neste câmpus houve ingresso de equipamentos vindos de empresas privadas através de comodato; que isso fica registrado os equipamentos não perdem a propriedade da empresa; que isso é legal; sugeriu que o curso de eventos aprenda a usar o tempo, que no serviço público às vezes é muito longo; que pudesse até haver uma cadeira dentro do curso para aprender a lidar com isso. Ressaltou que na instituição se costuma ver as coisas de modo muito pessoal, mas que esta relação deve ser do câmpus, do IFSul com a indústria, não devem ser tratadas com nome próprio, mas impessoalizadas para que ocorram de forma legal e transparente. O conselheiro Renato Meireles lembrou que a lei que criou os institutos diz que a instituição deve manter interação com o mundo do trabalho, o setor

Dr.
J
all



2



[Handwritten signature]



A. L. B.

01/11/2019

520 produtivo e os demais segmentos sociais com o intuito de desenvolver a sociedade e se
521 autodesenvolver; disse que não há maneira de interagir com a comunidade sem a interação de
522 esforços; que compreende o que o convidado Henrique Maia está pensando porque até então
523 se trabalhava sem uma regulamentação; disse que o regulamento é o marco legal, bem como a
524 chamada pública; que dessa forma é perfeitamente defensável na zona discricionária do gestor,
525 e que é muito diferente de ter um patrocínio permanente; propõe a aprovação do regulamento,
526 observando-se os cuidados apontados pelos colegas e o caráter temporal do evento/patrocínio.
527 A conselheira Daiane Luche ter trabalhado recentemente num evento e pensado na
528 possibilidade de patrocínio; disse não ser contra o patrocínio, mas contra a publicidade e a
529 propaganda dentro da instituição; que se a empresa quiser patrocinar, dando de graça, sim;
530 que acha importante o regulamento mas a gente não pode se deixar vender, a marca empresa
531 aqui dentro não é viável; é uma janela aberta pra depois a gente se arrepender de uma futura
532 privatização que a gente sabe que é a onda que vem por aí; que acha louvável o trabalho do
533 pessoal, não deixa de desacreditar nisso; que precisou, mas que publicidade e propaganda não
534 devem constar no regulamento e não aprova ele hoje porque consta a liberdade de propaganda
535 e publicidade mesmo tendo que passar pelos órgãos competentes mas deixa aberto; acha
536 importante o que estão discutindo mas que devem ter esse cuidado; que se admira muito que
537 pessoas que lutaram muito pelo serviço público, como o Nilo e o Manoel, defendam a
538 publicidade e propaganda dentro da instituição; que tem que fazer esse registro. O conselheiro
539 Fabian Carbajal disse que esse tema tem contextos ideológicos fortes e o que estamos
540 discutindo hoje referente ao contexto que vivemos; que já viveu diversas situações com gestor,
541 em que precisou fazer um evento e não tempo hábil para se cumprir os passos legais para
542 comprar o que precisa para atender a situação do evento; por exemplo, fazer uma mateada na
543 praça, quem vai fornecer a erva e a água quente. O conselheiro reforçou que é preciso
544 regulamentar porque a alternativa é uma caixinha dos alunos, dos servidores, soluções que
545 também não são legais, não são justas; que o regulamento vem a calhar nesse sentido, em dar
546 transparência, em habilitar um caminho que no contexto político-econômico que vivemos talvez
547 tenhamos que recorrer muitas vezes para resolver situações pontuais e colocar nossas escolas
548 na rua, na comunidade e é de fato um preço que nós pagamos por esse contexto que estamos
549 vivendo e uma empresa privada vai fazer sim uma publicidade dentro da nossa instituição, mas
550 vai estar regulamentado dentro de uma chamada pública onde não vamos estar favorecendo
551 uma empresa se não aquela que ofereceu melhores condições para essa disputa; que no mundo
552 ideal teríamos muito tempo para planejamento, todos os eventos teríamos licitação e recurso
553 para empenhar, pastinhas, caneta, fôlderes, esse é o mundo ideal, mas o mundo real é esse
554 que vivemos e temos que administrar situações específicas que muitas vezes o colega atenta
555 contra alguns dos princípios que nós temos mas que o contexto nos obriga. O conselheiro Osni
556 Rodrigues disse que patrocínio é muito bom, isso é consenso entre todos, mas o regulamento já
557 no art. 1º deixa aberto para qualquer coisa, não está só tratando de patrocínio de patrimônio
558 ou evento, está aberto, é patrocínio; no art. 2º pede só identificação do objeto a ser executado;
559 no inciso 4º fala de plano de aplicação de recursos financeiros, ou seja, ele não está abrindo só
560 para patrimônio, mas também para recurso financeiro, se houver; que as falas da Daiani
561 trouxeram a contrapartida da publicidade, que precisamos ter muito cuidado com isso, não
562 temos que ver aqui apenas a questão da legalidade, mas temos que ver princípios; o instituto
563 que nós queremos é um instituto com a empresa privada aqui dentro? O conselheiro ressaltou
564 que, ao fazer um evento, a empresa coloca uma máquina dentro da instituição e estará
565 formando mão de obra para trabalhar naquela máquina daquela empresa; que tem
566 posicionamento contrário a aprovação do regulamento. O convidado Nilo Campos pediu espaço
567 por ter sido citado pela colega Daiani; disse acreditar que ela não entendeu; disse estar desde o

D.S.

Ja-

✓
B

B.

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

568 início defendendo a legalidade e a transparência dos atos mas que é muita ingenuidade não
569 entender que temos que ter um relacionamento com a indústria e nem pode ser hipócrita e
570 ignorar que essa relação já existe dentro da instituição, que está querendo regulamentar o que
571 já existe ou não nos relacionamos; disse que a cantina, por exemplo, é licitada; que entra ali,
572 tem propaganda da Pepsi, da Coca, seja lá o que for; que é inevitável essa relação, que defende
573 apenas que essa relação se dê de forma honesta, transparente e legal; que está falando em
574 nome da instituição, não de pessoas; que a instituição tem que se relacionar com a indústria,
575 porque é para a indústria que a maioria do nossos alunos vão, se não souber o tipo de
576 equipamento que a indústria usa, vamos continuar com equipamentos obsoletos, como uns
577 tornos da mecânica que eram da data de 30 enquanto a indústria usa tornos computadorizados;
578 então precisamos desse relacionamento que tem de ser forma honesta, porque somos
579 servidores públicos e temos que representar o público, porque o problema é sempre do privado.
580 Por fim disse que não está defendendo que se abra as portas, pelo contrário. A convidada
581 Adelaide Neis disse que estamos discutindo coisas muito importantes que não se pode deixar
582 passar; que quando surgiu essa demanda os câmpus disseram precisar da relação com a
583 comunidade, pois não possuem condições de fazerem sozinhos, que as empresas querem ajudar
584 os alunos e que as enxerguem eles para contratá-los, para propiciar estágios. Disse que a
585 primeira coisa que a comissão fez foi pesquisar em todo país o que vem se fazendo em relação
586 a isso; que não existe um único regulamento e que a primeira instituição que está
587 regulamentando o assunto é a nossa; que o que existe são muitos editais pelo Brasil, de muitos
588 eventos e muitos devem se lembrar de ter ido em feiras, evento ou exposição onde entregavam
589 fôlder, cartões de visita, onde viu algum banner, isso é no Brasil inteiro. Ressaltou que a
590 diferença é que eles fazem editais, a maioria nem passa pelo jurídico e nós estamos fazendo o
591 que ninguém fez, que é regulamentar; que não encontrou em nenhuma instituição; entrou em
592 contato com vários pró-reitores e ninguém tem nada sobre isso. Disse que estamos construindo
593 um regulamento a partir da realidade que estamos vivendo para atender as demandas dos
594 câmpus; não aprovando o regulamento, ninguém mais vai poder aceitar suporte, auxílio de
595 empresa nenhuma e nem precisa ser como uma empresa vir propor a doação de alguma coisa,
596 mas de uma chamada pública que oportunize a todas as empresas daquele ramo de atividade
597 fazer uma proposta e o câmpus, através de uma comissão, estabeleça pontuação que classifique
598 a empresa que vá fornecer o material ou equipamento, ou bolachinhas, ou seja lá o que for.
599 Disse que os diretores têm que ter bem claro que não podem mais aceitar esse tipo de coisa; ou
600 se regulamenta ou não se faz, mas que temos que fazer de forma correta, passando pela
601 procuradoria, fazendo chamada pública, dando ampla divulgação para que não fique nenhuma
602 dúvida quanto à idoneidade e transparência desse processo. Reforçou que em situações
603 temporais, como uma feira, o banner vai estar durante o evento, depois é retirado; diferente da
604 cantina, que fica durante o ano inteiro; então, ilegalidade não tem nesse processo porque tem
605 que obedecer à Lei 8.666, que é a lei das licitações e contratos. O conselheiro Mack Pedroso
606 disse que trabalhou numa disciplina de organização de eventos e que buscou a forma pública de
607 orientar os alunos sobre patrocínio e não existe, por isso parabenizou a comissão, por ser a
608 primeira vez que vê um regulamento em nível público que oriente patrocínios. Relatou que
609 souberam que uma empresa queria colocar uma estação meteorológica no câmpus Sapucaia,
610 estimada em R\$ 1.500.000,00 e que, para efetivar o procedimento, fez chamada pública, pois a
611 empresa tem que trazer, montar, estruturar; que a única contrapartida que quer é obter os
612 dados da pesquisa; que outra coisa é quando a empresa vai colocar um equipamento para os
613 alunos trabalharem; que tem proposta da Brasken de equipamento que com todos os
614 acessórios chega a R\$ 4.000.000,00, para o curso técnico em plásticos, se não aceitar, como
615 vamos formar alunos com o uso de equipamento que não funcionam mais; perguntou se

Dr.

Ja.

T

S

E

B. A

ST

W

MS

B

D

M

Z

A

E

A

L

S. Cruz

ST

W

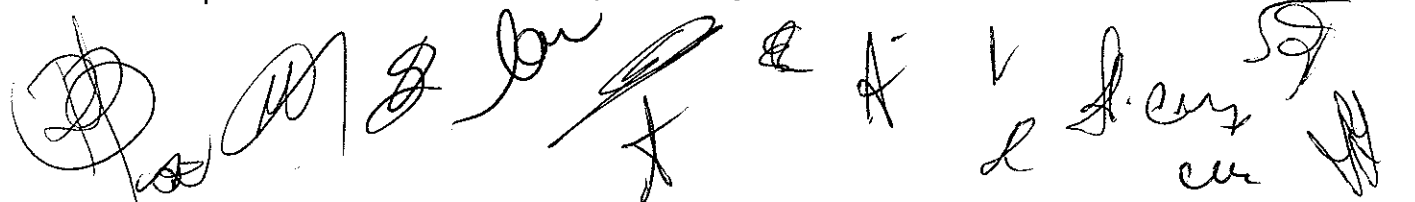
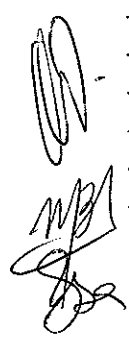
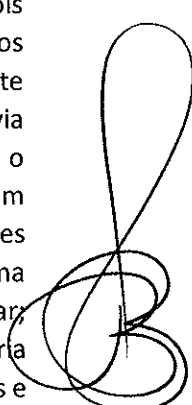

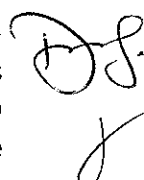
616 dispomos desse valor hoje para oferecer o equipamento aos nossos alunos, então essa é a
617 condição que está enfrentando. Enfatizou a necessidade de aprovação do regulamento, pois
618 dentro dele os editais vão legislar como será feito caso a caso; que a regulamentação tem que
619 se estender para permuta, para doação, para comodato, para outros tipos. O presidente
620 Marcelo Bender perguntou se o Conselho queria incluir o auditor para dar pareceres. O
621 conselheiro Emanuel Queiroga manifestou-se dizendo que se a procuradoria, órgão superior, já
622 emitiu seu parecer não deveria haver outros. O convidado Henrique Maia disse que a atividade
623 da auditoria é posterior; que o documento não tem que passar pela auditoria mas que, se
624 necessário, conversará com o procurador; que sendo o primeiro documento, precisa evoluir. O
625 conselheiro Osni Rodrigues perguntou se poderia incluir destaques; no art. 1º especificar que é
626 patrocínio de eventos; a convidada Adelaide Neis disse que cada edital vai definir o objeto. O
627 presidente perguntou se uma empresa quisesse doar máquinas, entraria no regulamento,
628 porque hoje deveria ser aberto edital para ver quem estaria interessado na doação. A convidada
629 Adelaide disse que sim; o presidente então disse que se colocasse "eventos" isso não seria
630 possível. A convidada Adelaide Neis disse que este é o regulamento, que os editais é que serão
631 específicos para eventos e para equipamentos. A conselheira Fernanda Mello disse que dessa
632 maneira, não pode ser colocada a palavra da forma como o conselheiro Osni está pedindo. A
633 convidada Adelaide Neis disse que não é só para eventos, abrange material e equipamentos,
634 engloba eventos, mas não é só eventos. Em relação ao art. 2º, IV, a convidada Adelaide Neis
635 explicou que o texto não estava no texto original e foi incluído por sugestão da procuradoria,
636 com o "se houver" para deixar uma brecha se desejarmos ampliar no futuro. O conselheiro
637 Carlos Silva disse que se a procuradoria incluiu não se sente à vontade para tirar um termo
638 colocado por um procurador que tem todo o conhecimento. O conselheiro Osni disse que a
639 legislação existe mas faz contraponto em cima dos princípios. O presidente considerou o
640 impasse entre as manifestações dos conselheiros Osni Rodrigues e Carlos Silva propondo
641 votação. O conselheiro Mack Pedroso lembrou que se foi a procuradoria que sugeriu, sendo
642 retirado, terá que passar novamente por ela e preocupou-se porque é um plano de aplicação de
643 recursos, se houver, e se houver uma empresa e se houver a possibilidade de legalidade, se
644 tirarmos, não pode. O conselheiro Osni Rodrigues disse que mesmo assim ele não fala em
645 momento algum o que pode ser patrocinado; mesmo se tirar esse plano de aplicação, a empresa
646 vai continuar podendo fazer patrocínio financeiro, e isso nós queremos proibir. A conselheira
647 Daiane Luche disse que a proposta do conselheiro Osni não é de tirar o item, é não falar em
648 recursos financeiros. O conselheiro Osni Rodrigues sugeriu colocar como proibição nas
649 disposições finais. O conselheiro Mack Pedroso lembrou que este é um documento base; que
650 talvez esse plano de aplicação de recursos não tenha que prever recursos diretamente, mas
651 tenha que dizer como a empresa vai utilizar os recursos, por exemplo, a empresa não vai dar R\$
652 10.000,00, mas as canetas que vai fornecer terão tal valor. O presidente colocou o documento
653 em votação, que foi aprovado por maioria, com 5 votos contrários e 1 abstenção. O convidado
654 Manoel Porto Jr. apresentou o **Regulamento dos Cursos Livres de Extensão e FIC**, dizendo
655 tratar-se de uma normativa de como devem ser tramitados os cursos que são vinculados à
656 extensão, salientando que não fazem parte da organização didática; que esses cursos são
657 resultado de uma demanda da sociedade e às vezes não dispõe de tempo tão grande para sua
658 composição, construção e realização; que estes cursos passam pelos câmpus onde são feitos os
659 cursos, por parecer da PROEN e pela PROEX e tem a portaria de início, sem ter que passar pelo
660 CONSUP; que a regulamentação é um esforço para aumentar a oferta de cursos livres e FICs;
661 que a instituição deve fomentar a oferta desses cursos; lembrou que os cursos FIC entram no
662 SISTEC, gerando recursos para os câmpus onde forem implantados, se não forem do PRONATEC;
663 que é uma normatização para que se tenha cursos de qualidade e atenda as demandas da

Dr. João
r
8
Eul
B
B
SS
Car
JH

Dr. João
r
8

Dr. João
r
8
Eul
B
B
SS
Car
JH

sociedade. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. A seguir, o convidado Manoel Porto Jr. falou sobre o **Regulamento da Política de Acessibilidade e Inclusão**, explicando que foi construído para se adequar à lei da inclusão, aprovada ano passado no Congresso, com a participação efetiva dos NAPNEs e NEABIs da instituição, coordenado pelo Departamento de Ações Inclusivas; também é fruto de cooperação técnica entre o IFSUL e a FADERS e contou com piloto no câmpus Bagé no último vestibular. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. O convidado Marcos Betemps falou sobre as alterações do **Regulamento da Revista Thema**, explicando que tiveram por objetivo melhor qualificar a revista, modificando o comitê e o conselho editorial; que dos 9 editores gerais do regulamento anterior que recebiam os artigos e trabalhavam no mesmo sistema houve redução para 1 ou 2, proporcionando mais agilidade no recebimento e avaliação dos artigos e um controle mais geral e que o regulamento da revista só poderá ser alterado com mais de 50% de membros do Conselho. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. O conselheiro Rafael Leitzke abordou o **Regimento Interno do câmpus Pelotas**; disse que as portarias 246 e 423 causaram incerteza em relação aos quantitativos, com que podemos trabalhar; que fez reunião geral no câmpus e tudo tem se encaminhado para a decisão de parar a discussão do regimento enquanto não tiver certeza de como pode trabalhar; que está trazendo ao Conselho porque isso implica mudança no regimento geral, para que se possa postergar o prazo de entrega do regimento do câmpus Pelotas até que se tenha uma definição correta dos quantitativos que se pode trabalhar. O presidente Marcelo Bender explicou como foi feita a construção dessa portaria ao longo de alguns anos no MEC e por que se queria uma portaria nesse modelo; que em 2013 existia um modelamento de câmpus para distribuição dos cargos e funções dos projetos de lei que tinham sido aprovados destinando para os câmpus da expansão; que em 2011 foi criado um modelo de câmpus pactuado com a Setec até 2012; que no final de 2012 o câmpus Pelotas foi dimensionado como de médio porte, cujo teto seria 150 docentes e 100 técnicos; que naquele momento já tínhamos 350 docentes e não era um câmpus de médio porte; e que mais dois institutos tinham sido modelados de forma errada pois já eram de um tamanho e quando veio o modelo reduziu; que sua proposta era que os antigos Cefets fossem considerados como câmpus antigos, pois estes eram câmpus grandes; que isso foi motivo de discussão por longo tempo pois já saímos com servidores a menos; também a questão da reitoria, com 100 servidores, pois é diferente uma reitoria de 5 câmpus de uma com 14 câmpus ou 30 e tantos como São Paulo; que havia esse tensionamento e quando estava chegando o momento da presidente Dilma sair deram o ultimato: se não publicavam nenhuma portaria regulando poderíamos chegar sem nenhum modelo ao governo interino; que o objetivo principal é que se tivesse um total; com isso eles também modificaram as reitorias, que o CONIF colocou por escrito a discordância, que na última hora aumentaram os códigos e criaram a portaria 246 que estabeleceu um ano para regular, que serão retiradas algumas funções, com o que o CONIF se posicionou contrário; que a portaria diz que podemos chegar ao número de servidores, em no mínimo aquele quantitativo de FGs e CDs; que vínhamos trabalhando com modelo passado pela SETEC em 2013, mas que este não era o mesmo modelo para os institutos; pois alguns institutos recebiam mais funções por pressões de políticos; que isso acontece quando não há transparência; que agora temos um modelo mas todas as portarias estão em sendo analisadas pelo ministério; que à vista de tudo isso, colocou no CODIR que agora não é o momento de mexermos nas nossas estruturas; que poderá ser mexida na próxima gestão, quando fechar um ano, ocasião em que vamos ter estabilidade para fazer esta estruturação. O presidente encaminhou ao Conselho solicitação para alterar o regimento geral, pedindo prorrogação de prazo para o câmpus Pelotas entregar seu regimento interno. O conselheiro Osni Rodrigues propôs a criação de um GT para que o CONSUP possa ver o IFSul como um todo, a distribuição de cargos e servidores, baseado nas



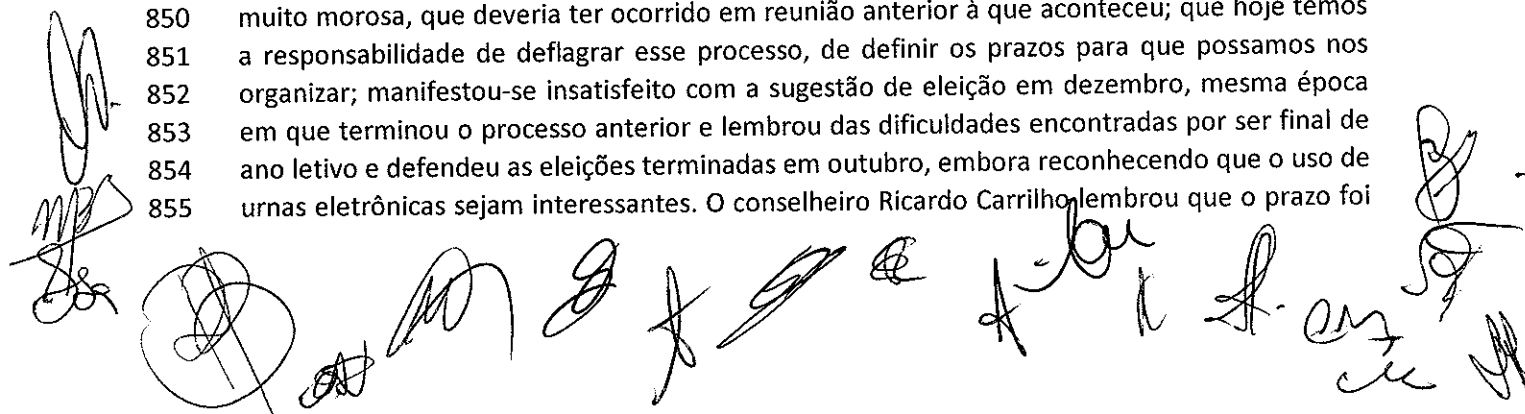
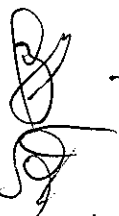
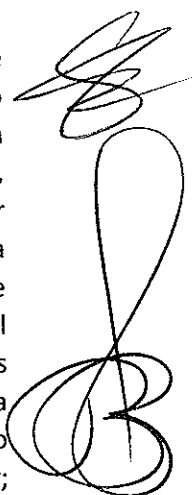
712 novas portarias, porque está parecendo uma colcha de retalhos, criação de cargo em um
713 câmpus, supressão de cargo em outro. O conselheiro Álvaro Nebel disse que o câmpus Pelotas
714 Visconde da Graça também teve esse reenquadramento e gostaria de estender o prazo para
715 entrega do regime interno; que há disparidade entre o tamanho antigo e o que tem hoje e que
716 tem modificações a fazer como o quantitativo de CDs; que considera importante a aprovação
717 dos regimentos dos câmpus pequenos, uma vez que os maiores, bem ou mal, já o têm. O
718 convidado Mauro Cunha disse que a instituição tem autonomia administrativa; que aquele é um
719 modelo; que o art. 6º diz que a estrutura é aprovada pelo Consup e a que temos que respeitar
720 o quantitativo total que vem para o instituto; que em função dessa autonomia não poderia ser
721 determinado que tal câmpus tem direito a determinado número de CDs, quem aprova é o
722 Conselho e nosso estatuto já dizia isso. Disse que hoje temos um regimento geral aprovado onde
723 tem número de cargos e funções e câmpus com funções *pro tempore* até que se discuta o
724 regimento. A conselheira Luciana Loponte também pediu mais prazo e também a discussão da
725 estrutura como um todo, considerando que a instituição tem autonomia para tal; que esta é a
726 oportunidade de fazer essa grande discussão; que o câmpus chegou a 1000 alunos e com o novo
727 curso logo chegara a 1200, que tem uma estrutura mínima de trabalho e um organograma
728 pequeno. O presidente Marcelo Bender explicou que quando foi aprovado o regimento havia
729 uma cláusula de revê-lo em 3 anos e que houve prorrogações ficando agosto de 2016; aprovar
730 o regimento interno agora vai servir para a próxima gestão, porque teremos eleições no final do
731 ano; que nesse momento de incertezas no cenário e na instituição não considera adequado
732 mexer em funções, porque desestabilizaria muito; que até a discussão poderia ser feita com as
733 novas gestões. Propôs que, passadas as eleições, seja feito um amplo estudo, avaliando a nova
734 situação de funções e fazendo as possíveis alterações. Finalizando a discussão do assunto, e
735 considerando haver o quórum exigido para alterações no Regimento Geral, o presidente colocou
736 em votação a prorrogação do prazo para o regimento geral até julho de 2017, que foi aprovada
737 por unanimidade. Ficou combinado que, considerando a instabilidade do momento, após a
738 reunião ordinária de setembro será ocasião mais adequada para criação do GT que discutirá a
739 estrutura e posterior apresentação ao Conselho. A seguir, o presidente justificou a não
740 apresentação do **calendário de reuniões ordinárias do Conselho** na primeira reunião do ano em
741 função da incerteza das agendas do CONIF e dos câmpus. Foram sugeridos os dias 04/08, 01/09,
742 03/11 e 01/12, que após discussões foram aprovados. Também foram considerados os dias
743 22/09 e 29/09 como possíveis datas para reuniões extraordinárias, em razão das diversas etapas
744 de tramitação do processo eleitoral do IFSul. Dando continuidade, o representante do GT que
745 estudou os problemas ocorridos **no processo eleitoral anterior**, Ricardo Carrilho, apresentou o
746 resultado do relatório, cujo objetivo é facilitar o trabalho da COE nas próximas eleições. A
747 conselheira Fernanda Mello lembrou que o documento não passa por aprovação do Conselho;
748 que a construção das regras é competência da COE; que tendo participado na COE anterior,
749 identificou que houve lacunas no processo, especialmente no destinado à campanha eleitoral,
750 momento em que a comunidade fica conhecendo as propostas para fazer uma escolha mais
751 pautada nas análises das manifestações de projetos de gestão; ratificou o objetivo de facilitar o
752 trabalho da COE, mas o documento resultante não é impositivo; que são sugestões e indicações
753 bem fundamentadas baseadas na experiência da última eleição, que certamente irão facilitar
754 bastante o trabalho da COE, mas a decisão de acatar e alterar o regulamento a ser apresentado
755 neste Conselho para aprovação é tarefa da COE; lembrou que é preciso atentar de quem são e
756 quais competências. O conselheiro Osni Rodrigues apresentou a base legal que norteou o
757 trabalho do GT: Leis 11.892 e 8.112 e Decretos 6.986 e 1.171. Explicou que o GT analisou item a
758 item o atual regulamento, elencando fragilidades que pudessem haver, com base na experiência
759 da última eleição, assim como verificar questões que possibilitem que o processo transcorra de

DF

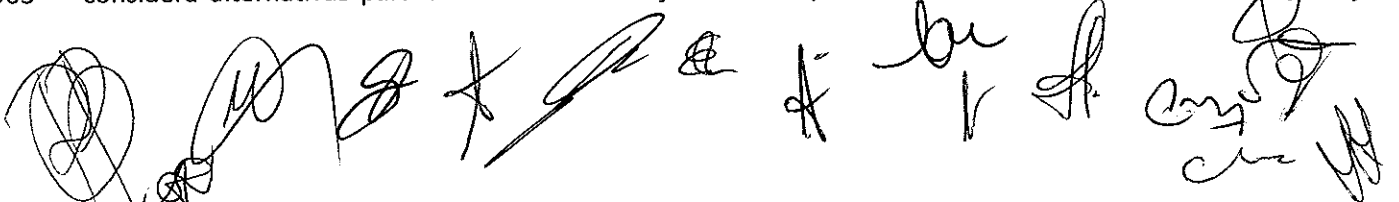
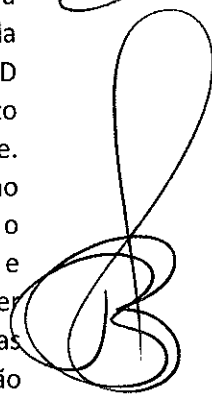
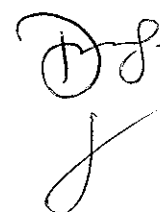
Fal.

760 forma mais técnica e efetiva; que muitas das observações se aplicam ao sistema de votação, em
761 cédula de papel, um problema da época, que talvez se consiga outras formas na próxima eleição;
762 já há tratativas junto à justiça eleitoral para cedência de urnas eletrônicas; voto físico, voto via
763 sistema eletrônico, que aguarda parecer à consulta feita à DTI. O servidor Ricardo Carrilho
764 lembrou que a eleição passada foi a primeira com o IFSul com muitos câmpus e polos,
765 envolvendo 26 cidades, quase 14.000 votos de alunos, 1.500 de servidores. Lembrou que as
766 urnas eletrônicas podem ser cedidas, desde que a eleição seja depois de 02 de dezembro. Com
767 relação ao voto *on line* existem alguns sistemas já utilizados em eleições menores e seria
768 necessário um tempo maior para estudar, inclusive a questão da certificação e garantir a lisura
769 desse tipo de processo; que o voto físico é um trabalho que a comissão já conhece e que
770 demanda um desgaste físico muito grande, um significativo gasto com diárias, hospedagem e o
771 risco decorrente de percorrer muita distância em curto espaço de tempo, em veículos dirigidos
772 por colegas; que não gostaria de repetir esse processo muito ariscado, tanto material como
773 fisicamente. Disse que com as urnas eletrônicas há a possibilidade de os TRES atenderem os
774 câmpus de sua região; que a educação a distância é um caso isolado e que precisa ser repensado.
775 O conselheiro Osni Rodrigues explicou que o processo eleitoral é feito por fases, começando
776 pela deflagração do processo feita pelo Conselho, que define se será em 1 ou 2 turnos e o
777 processo em si que é o momento em que será feita a eleição, quando o Conselho sai de cena,
778 passando a ser atribuição apenas da COE; que o processo terá a duração de noventa dias,
779 devendo iniciar no mínimo 90 dias antes do término do mandato vigente; que é preciso ficar
780 alerta, porque uma vez aberto o processo, em até 90 dias tem que ter a conclusão, já com a
781 indicação dos eleitos; isso não impede de que em setembro seja dado o *start* do processo para
782 estar concluído até dezembro, pois se deixar para depois de dezembro vai ter o período de férias
783 dos câmpus e não vai se conseguir ter todos os câmpus num dia único para votação a não ser
784 em abril. Disse que cabe ao Conselho disciplinar e coordenar o processo de eleição da pré-COE;
785 as comissões eleitorais central e de câmpus vão conduzir todo o processo, que é sua atribuição;
786 que uma vez eleitas essas condições, o CONSUP sai de cena. Destacou que a pré-COE é composta
787 por representantes do CONSUP; que o regulamento deverá apresentar a composição das COEs,
788 atribuições e cronograma. A conselheira Fernanda Mello ratificou a atribuição dos conselheiros,
789 que é de deflagrar o processo, definir se será em 1 ou 2 turnos e eleger a pré-COE, que vai
790 elaborar o regulamento para eleição dos componentes das COEs, que serão os responsáveis pelo
791 regulamento das eleições, que vão usar o material para organizá-las. Salientou que existe esse
792 tempo regulamentar e que não adianta hoje deflagrar o processo, para não bater com o período
793 das eleições governamentais, permitindo o uso das urnas eletrônicas. O conselheiro Osni
794 Rodrigues sugeriu a supressão do título II do regulamento ou, se mantido, precisa ter o conteúdo
795 revisto, uma vez que as informações que contém são anteriores à eleição da COE; que a portaria
796 de constituição de comissão eleitoral é emitida pelo presidente do Conselho Superior. Em
797 relação à constituição das COE central, o art. 5º não atende à legislação já que o decreto
798 determina que sejam 3 representantes de cada segmento indicados em reunião conjunta das
799 comissões eleitorais locais, todavia, para garantir a participação de todos os câmpus na COE
800 central foi definida a indicação de 01 membro de cada câmpus. O art. 5º não atendia o Decreto
801 6986/2009, que define como se dá as eleições porque estava com acréscimo de 1 TAE e 1
802 representante do sindicato procurando ampliar a participação da comunidade; que embora não
803 atenda foi uma coisa válida e interessante. Que em todos os casos deve haver a eleição ou
804 indicação de suplente, o que não era previsto no decreto. Sobre as condições eleitorais foi
805 percebida a necessidade de indicar um nome a ser levado à consulta da comunidade em caso
806 de não haver candidatos suficientes para titular e suplente. Sobre candidatos e inscrições, surgiu
807 um fato novo, que é trazer a indicação dos vices na candidatura de reitor e diretores-gerais, bem

808 como da equipe diretiva; que naquele momento foi feita a eleição somente para diretor e como
809 hoje temos o cargo de vice-reitor e talvez em alguns campos de vice-diretor, já deve ser
810 regulado, de forma que a eleição já seja em forma de uma chapa, com indicação dos nomes e
811 quem sabe da equipe diretiva. Lembrou que na UFPel é trazida lista de quatro nomes para
812 candidatura. O presidente lembrou que isso é feito por causa da lista tríplice. O conselheiro
813 Milton Almeida lembrou que a legislação da UFPel é diferente da nossa. A conselheira Fernanda
814 Mello ratificou a importância de se conhecer a o menos o nome do vice-reitor, de quem está
815 junto com o candidato a reitor e sugeriu que os candidatos fizessem debates na campanha. O
816 conselheiro Osni Rodrigues propôs que sejam apresentados os projetos de gestão quando da
817 inscrição. Mencionou também alterações de nomenclatura como a extinção da classe D5 e a
818 alteração da Diretoria de Gestão de Pessoas para Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. Sobre a
819 participação da comunidade mencionou o sistema eletrônico e a urna eletrônica. Considerou a
820 possibilidade de votação em mais de um dia, como forma de agregar maior número de pessoas,
821 incluindo os polos de educação a distância; sobre eleitores disse que no decreto faltava os
822 estagiários nos inaptos para votar, propôs incluir o uso dos documento institucional com foto
823 para identificação dos eleitores; sobre a campanha eleitoral, deve ser seguido o código de ética
824 do servidor, garantindo tratamento isonômico para os candidatos, garantindo a todos visitas a
825 salas de aula, ambientes de trabalho e câmpus; que talvez se faça sorteio de temas, os mesmos
826 para todos os candidatos, para que a temática seja sempre a mesma. O conselheiro Carlos Silva
827 disse sentir que a pré-COE e a COE têm uma responsabilidade muito grande e disse que iria falar
828 por sua experiência em várias eleições, várias ainda pela UFPel; manifestou preocupação com o
829 comprometimento dos membros da COE quanto à isenção; acredita que deva funcionar como
830 uma espécie de TSE, embora não saiba como fazer isso; porque, a rigor, acontece que grupos
831 que têm interesses nas eleições correm pra eleger alguém pra COE; então a eleição que deveria
832 se dar pelo sufrágios dos eleitores já começa antes, na eleição da comissão, o que não é certo;
833 se estamos querendo fazer as coisas realmente certas devemos primeiro pensar uma forma de
834 fazer com que as pessoas que vão participar da direção do processo não tenham ligação ou não
835 possam participar; que não quer dizer, e está fazendo um salvaguarda, que as pessoas que já
836 participaram de processos anteriores tivessem agido de maneira inadequada, ao contrário,
837 todos têm o respeito e consideração; que embora não tenha participado da última eleição por
838 estar afastado, acompanhou o processo e ouvia da comissão a reclamação de que tudo ia para
839 a COE central; acredita que devesse ter um órgão recursal que se pudesse recorrer mesmo de
840 decisão da COE central; porque se recorre à COE local, há encaminhamento para a COE central
841 que decide e pronto, mas questiona a composição dessa COE. O conselheiro Osni Rodrigues
842 lembrou que, no último pleito, o questionamento do Conselho à COE central foi definida na
843 justiça. O conselheiro Ricardo Carrilho disse que tinha esse mesmo temor; que as pessoas não
844 querem participar da COE, que no câmpus Pelotas praticamente foram obrigados a participar;
845 relatou a falta de mesários no câmpus Pelotas Visconde da Graça em função do grande número
846 de polos a serem atendidos, o que o obrigou a recrutar muitos servidores do câmpus Pelotas
847 nos dois turnos; que muitas pessoas fogem da COE porque é trabalhoso; que qualquer incidente
848 a COE é responsabilizada. O conselheiro Antônio Silva Jr. parabenizou o trabalho do GT, lembrou
849 que o último processo foi prejudicado pela escassez de tempo, uma vez que a deflagração foi
850 muito morosa, que deveria ter ocorrido em reunião anterior à que aconteceu; que hoje temos
851 a responsabilidade de deflagrar esse processo, de definir os prazos para que possamos nos
852 organizar; manifestou-se insatisfeito com a sugestão de eleição em dezembro, mesma época
853 em que terminou o processo anterior e lembrou das dificuldades encontradas por ser final de
854 ano letivo e defendeu as eleições terminadas em outubro, embora reconhecendo que o uso de
855 urnas eletrônicas sejam interessantes. O conselheiro Ricardo Carrilho lembrou que o prazo foi



856 atropelado em função de o MEC não ter definido quais os câmpus que deveriam ter eleições.
857 Disse que, em relação ao papel da COE central, a justiça entendeu que ela é soberana inclusive
858 acima do Conselho, o que ratifica a importância de seu trabalho. O convidado Henrique Maia
859 lembrou que o Decreto 8696 determina claramente os prazos, dizendo que o processo deve
860 estar concluído no mínimo 90 dias antes do término do mandato vigente, que encerra em 9 de
861 abril; assim o processo deve estar concluído até 9 de janeiro, época em que a maioria dos
862 câmpus estará em férias, o que inviabiliza o processo; que o dia limite de câmpus em atividade
863 letiva é 14 de dezembro; que o mesmo decreto diz que, após deflagrado o processo, precisa
864 estar concluído em 90 dias. O conselheiro Antônio Silva lembrou que nas últimas semanas de
865 aula, os alunos praticamente não circulam na escola, sendo difícil garantir um quórum
866 significativo. O convidado Henrique Maia ratificou que 14 de dezembro não era uma data
867 definida, mas a última possível. Foi lembrada que a definição da data vai depender do tipo de
868 método para a eleição, pois se a escolha for pela urna eletrônica, vamos depender do
869 encerramento das eleições oficiais; se for por cédulas de papel haverá despesa muito grande
870 com diárias e deslocamentos. O presidente Marcelo Bender lembrou que o mandato do reitor
871 anterior terminava em janeiro e que o atual encerra em abril, o que já dá uma diferença; que o
872 calendário de reuniões apresentado garante que até 15 de dezembro o processo esteja
873 concluído, uma vez que haverá o período máximo de 90 dias garantido. O conselheiro Antônio
874 Silva lembrou que o Conselho é soberano em dar o *start* do processo e que deve ser discutido
875 com os colegas quando desejam realizar as eleições. O conselheiro Carlos Silva disse preocupar-
876 se com os câmpus em que houve várias greves; que o ano letivo do câmpus Pelotas Visconde da
877 Graça termina em setembro e o novo recomeça em outubro; que fazer eleições com alunos que
878 entraram no câmpus há pouco tempo também é um complicador; que leu um livro sobre
879 eleições para diretor onde coloca a importância de a comunidade escolher os dirigentes, mas
880 também o ranço de outras eleições como o clientelismo, as acomodações, atendimentos a
881 demandas, coisas que se observa nas eleições oficiais; que devemos criar todos os instrumentos
882 possíveis para que as eleições do IFSul não virem política partidária e sim educacional. O
883 conselheiro Álvaro Nebel informou que os cursos EaD terminam em 5 de dezembro e que poderá
884 haver segundo turno após esse dia; que o calendário presencial ainda não foi aprovado pela
885 PROEN, não estando definido até que dia irão as aulas; que não pode excluir 4000 alunos da EaD
886 por conta dos custos; que não vê problemas no fim do pleito em novembro e com mais prazo
887 para transição. Propôs que o processo seja disparado em julho para realizá-lo com tranquilidade.
888 Lembrou que na eleição passada a COE abriu mão de tomar uma decisão, recorrendo ao
889 Conselho, que decidiu referendar o resultado. O presidente lembrou que quando começar o
890 processo eleitoral, acaba gestão de projetos; que quem se candidatar vai ter que ter o tempo e
891 os que não vão serão pressionados por uma série de questões. A questão dos 90 dias não quer
892 dizer que tenha que ser feita em dezembro; que o colocado foi que, para o uso das urnas
893 eletrônicas, precisa ser feita a partir de 02 de dezembro; que a decisão é do Conselho; a questão
894 é que depois da deflagração teremos um período de dedicação ao pleito; quanto mais cedo
895 começar o processo, mais cedo teremos que parar para pensar nela e maior será o prazo de
896 transição; que no processo passado a transição deveria ser de 15 dias e o reitor ficou *pro*
897 *tempore* 3 meses. Se começar em primeiro de setembro teremos até primeiro de dezembro, um
898 tempo adequado. Não vê motivo para iniciar em julho e depois ter um reitor e diretores seis
899 meses ao lado do atual fazendo transição. Vê novembro um tempo adequado e que seria bom
900 ter um calendário para que os candidatos pudessem começar a se organizar. O conselheiro Osni
901 Rodrigues disse que a intenção do trabalho foi permitir que a COE trabalhe com transparência,
902 por isso o regulamento garante que seja dado tratamento isonômico para todos os candidatos;
903 considera alternativas para os debates e visitação aos câmpus, considerando a escassez de



904 recursos financeiros sem que haja prejuízo das discussões que surgem nesses momentos, propor
905 que todos os candidatos apresentem seus projetos de gestão separadamente, em cada debate
906 nos câmpus e reitoria, criando momentos de interação com a comunidade acadêmica para
907 divulgação; os temas abordados nas falas devem ser os mesmos para todos os candidatos,
908 destacando responsabilidade social da instituição, políticas para ensino, pesquisa, extensão e
909 pós-graduação, políticas de gestão de pessoas e de atendimento aos estudantes, dentre outros
910 evitando acusações particulares e coisas do gênero que surgem nos debates. O conselheiro
911 Carlos Silva perguntou se seria cada candidato ter o seu momento, com o que o conselheiro Osni
912 Rodrigues anuiu, dizendo que cada um teria um momento para expor sua intenção sobre os
913 diferentes temas propostos. O conselheiro Carlos Silva propôs que fossem feitos debates
914 separados para docentes, TAs e alunos, ocasiões em que o candidato poder mostrar quem
915 realmente é, seu equilíbrio e as condições de liderar aqueles grupos permitindo que estes
916 possam avalia-los melhor. O conselheiro Osni Rodrigues falou do art. 27 que inclui o veto de
917 FCCs à participação na campanha eleitoral e impede o uso de material de campanha que tenha
918 sido fornecido por pessoas físicas ou jurídicas externas à instituição; no art. 29 abrir campo no
919 SUAP nos câmpus e reitoria para receber todas as denúncias; sobre a votação, considerar a
920 possibilidade em mais de um dia, reduzindo o seu horário e facilitando a escala para os mesário,
921 mas atendendo os três turnos sem definir o horário no regulamento, mas definindo no anexo
922 do cronograma; quanto à prestação de contas, disse que caberia à COE definir se será exigida.
923 Frisou que o intuito do trabalho foi analisar fragilidades e propor melhorias. Sobre seções,
924 devem ser abrangidas também as subseções, como vai ser as divisões dos mesários; incluir
925 alínea explicando como se dará o voto em trânsito; os interessados em fazê-lo deverão enviar
926 documento à COE central plenamente justificado com antecedência mínima de 3 dias anteriores
927 à votação indicando o local de votação; explicou que na última eleição só os mesários puderam
928 votar em trânsito e mesmo assim houve alguns problemas, pois alguns não se sentiram à
929 vontade; inclusão de parágrafo estabelecendo uma distância mínima de 3 metros entre seções
930 e subseções para evitar que o voto seja colocado na urna de segmento incorreto; retirar a
931 palavra "oficial" da identificação, permitindo que esta se dê com documento institucional com
932 foto; pensar data de corte para as listagens nominais de servidores e estudantes – listagem dos
933 votos; data de impressão da listagem não deve coincidir com a data de fechamento da folha de
934 pagamento, para não gerar transtornos; não disponibilizar aos mesários, por medida de
935 segurança, mídia com modelo das cédulas para impressão, uma vez que haverá lista dos
936 votantes extraída do sistema permitindo o conhecimento do número máximo de eleitores que
937 cada seção vai ter; definir como será feita a proibição da boca de urna e a distância permitida;
938 incluir registro em ata das ocorrências; incluir texto garantindo aos fiscais deslocamento,
939 alimentação e pernoite; a COE fornecerá credenciais aos candidatos; garantir que os fiscais e
940 candidatos portem sempre identificação durante o período de apuração. Sobre a apuração, o
941 texto deve ser organizado em informações gerais e depois separadamente para apuração para
942 reitor e para diretor; definir que a apuração para diretor será nos câmpus e centralizar para
943 reitor; distribuir o texto por assuntos: local, horários; na apuração, incluir, além do candidato,
944 um fiscal; especificar as competências das comissões central e locais nas eleições para reitor e
945 diretores. Sobre recursos, especificar a forma de comunicação das respostas; que os anexos
946 obedeçam a sequência de organização, de acordo com a cronologia dos fatos. Em relação ao
947 cronograma salientou que o Conselho deve estar atendo para que o processo ocorra nos 90 dias
948 exigidos e permitindo que todos os alunos possam participar, inclusive EaD. Que o cronograma
949 deve ser o primeiro anexo, constando período de apresentação do programa de gestão e
950 período de visita às diversas comunidades; que o CONSUP deve avaliar a necessidade de ter
951 regulamentos específicos para cada eleição; se os debates dos candidatos a reitor serão a

Dr.
Ja.
+
B
C
A

Dr.
Ja.
+
B
C
A

952 distância ou nos câmpus; os princípios que devem ser observados nos debates; o tratamento
953 isonômico aos candidatos; tempo razoável dos debates permitindo que as pessoas sejam
954 ouvidas e que as propostas possam ser discutidas. O presidente disse não ser pauta, mas
955 considera importante a definição do período, para conhecimento aos colegas que queiram
956 participar do pleito ou tentar a recondução. Considerando que primeiro de dezembro seja o
957 último dia, considera que o *star* deve ser dado em primeiro de setembro para termos uns 20
958 dias para eleger as COEs e para que elas façam o regulamento, teremos a segunda metade
959 outubro e metade de novembro para fazer o processo. Salientou que temos atividades em todo
960 o mês de outubro e primeira quinzena de novembro, que seria a janela da eleição. Temos que
961 escolher a pré-COE, que escolherá a COE que construirá o regulamento a ser encaminhado para
962 aprovação do Conselho. Que teríamos uma reunião do Conselho para escolher a pré-COE, 20
963 dias depois outra reunião para homologar as COEs, que terão uma semana para elaborar o
964 regulamento e trarão para aprovação do Conselho e depois a eleição, que deve ocorrer entre o
965 final de outubro e novembro. Propôs que o calendário para o processo eleitoral comece na
966 reunião do dia primeiro de setembro para dar o *start* no processo, outra dia 22 para homologar
967 as COEs e outra dia 29 ou 30 para aprovação do regulamento, o que garante o fim do processo
968 em 01 de dezembro, quando o CONSUP se reunirá para homologar o nome dos eleitos. Salientou
969 a importância do cuidado que devemos ter durante todo o processo, com as urnas, com os votos,
970 para não judicializar todo o processo. O convidado Carlos Alberto Bork apresentou lâminas
971 demonstrando as **parcerias feitas entre o câmpus Sapucaia do Sul e a BRASKEN, a UFRGRS e**
972 **Unisinos**; lembrou que desde que iniciou no câmpus, corre atrás de oportunidades para que a
973 instituição cumpra sua missão da melhor maneira possível, principalmente nas áreas de
974 mecânica e plásticos. Disse que já foi assinado protocolo de intenções para parceria do IFSul
975 com SENAI/RS e Ensino para formar rede de cooperação envolvendo ensino, pesquisa e
976 extensão de indústrias ou setores mandantes; criar grupos de pesquisa aplicadas por redes de
977 competências e criar a interação e integração dos estudantes entre as instituições partícipes;
978 que a primeira ação será dez cursos profissionalizantes de curta duração criado pelo centro de
979 pesquisas da BRASKEN, empresa que mais ajudou o câmpus a chegar onde está hoje; o, segundo
980 convênio é do IFSul com o SENAI/RS e tem os mesmos objetivos. Que o SENAI busca
981 pesquisadores do IFSul na área de sustentabilidade porque eles estão desenvolvendo um
982 projeto muito inovador entre a BRASKEN e a PETROBRÁS; outra ação é com a Receita Federal,
983 em que o câmpus vai desenvolver uma máquina para descaracterizar carteiras de cigarro, ou
984 seja, transformar papel, filme, alumínio e fumo em material que tenha valor agregado; que
985 convidaram professores do câmpus Pelotas Visconde da Graça que são experts na área de fumo,
986 para transformá-lo em algo útil à sociedade; que devem ser recicladas 11 toneladas de material
987 que irão gerar 40.000 litros de bioinseticida e 8 toneladas de fertilizantes; que o projeto dando
988 certo, terá toda a tecnologia transferida para a Receita que tem convênio com várias ONGs.
989 Também foi feita chamada pública em janeiro e a BRASKEN está em vias de montar laboratório
990 de referência para treinamento dos alunos do IFSul; que o interesse da BRASKEN é qualificar os
991 alunos na área de plásticos para que eles sejam os colaboradores da unidade de Triunfo. Na
992 última ação, o prefeito da cidade, cedeu terreno para a UFRGRS montar uma faculdade de
993 engenharia (mecânica, robótica, materiais, metal, construção civil) e gostaria que os alunos do
994 IFSul fossem coparticipantes nos projetos de mestrado e doutorado que serão ofertados, além
995 de ter opção de trabalhar. A parceria é importante porque não há pós-graduação no câmpus
996 Sapucaia. Além disso, tem a nova lei de inovação que modifica o panorama de trabalho, pesquisa
997 e inovação dos funcionários federais facilitando a mobilidade entre empresas e docentes com
998 dedicação exclusiva. Salientou que essas ações vão amenizar o impacto orçamentário dos
999 próximos anos. O conselheiro Mack Pedroso salientou a reaproximação com as empresas graças

D. J.
J. al.

✓
[assinatura]

[assinatura]

Eul

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

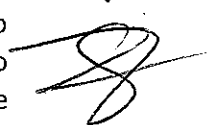
[assinatura]

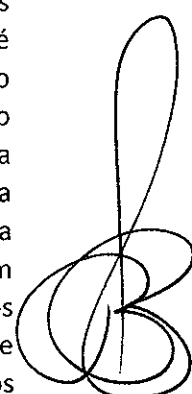
1000 à formação ofertada pelo câmpus. O presidente Marcelo Bender parabenizou o câmpus pela
1001 interação que tem com o setor produtivo, com o mundo do trabalho. O conselheiro Rafael
1002 Leitzke apresentou, em nome dos alunos, o pedido de **implantação de RU** no câmpus Pelotas;
1003 considera precipitada sua apresentação no CONSUP neste momento, por ser resultado de uma
1004 fala que estão tendo no câmpus Pelotas na perspectiva de transformar o refeitório em
1005 restaurante universitário; que tem esbarrado em alguns problemas, principalmente em relação
1006 às verbas do PNAES; que acredita que o assunto deve ser conversado com a reitoria e discutido
1007 no CODIR; que deve montar comissão com a Diretoria de Administração e Planejamento do
1008 câmpus, Assistência Estudantil, DEGAE e PROAP para ver a viabilidade do restaurante, porque é
1009 complicado misturar verba da assistência estudantil com outro tipo de verba; que estrutura
1010 física para atender como restaurante tem; que o financiamento disso é que atrapalha. A
1011 conselheira Daiani Luche pediu que fosse lida a proposição da aluna pois acha que é pertinente
1012 vir ao CONSUP, porque o aluno vai à direção, esta tem alguns entraves relativos a normas ou
1013 legislação e os projetos acabam não frutificando, uma vez que este pode criar uma comissão
1014 para estudar a viabilidade de onde pode sair um parecer que possa ser aplicado a todos os
1015 câmpus; que após a Procuradoria faça uma análise; que assistência estudantil e todos os
1016 interessados participem dessa comissão para que saia deliberação para todos os câmpus. O
1017 presidente após ler o texto da aluna, salientou a dificuldade de recursos; que a Assistência
1018 estudantil não tem conseguido atender todos os alunos com questões de alimentação,
1019 deslocamento e moradia; que será preciso buscar verbas complementares para a construção de
1020 refeitórios e talvez ficasse mais barato fornecer a comida; que no cenário atual, a possibilidade
1021 é ir até um parlamentar buscar recursos; que em julho irão até eles buscar recursos para
1022 equipamentos de ginástica, quadra, para câmpus que não têm; que hoje é complexo, porque
1023 mudou a base de apoio, não é mais possível aprovar verbas de bancada, a União libera valor por
1024 emenda individual; que o caminho mais rápido é buscar recursos porque o contingenciamento
1025 de recursos das instituições não permite. O conselheiro Matheus Venturini perguntou como
1026 funciona o restaurante. O conselheiro Rafael Leitzke disse que é um refeitório gratuito que
1027 atende todos os alunos cadastrados como G1 da Assistência Estudantil. O conselheiro Mateus
1028 disse que um restaurante mantém alunos nos câmpus, pois mesmo recebendo ajuda da AE é
1029 impossível pagar refeições na cantina; que conseguir RU no câmpus Pelotas será muito frutífero
1030 para Charqueadas e Sapucaia e representa uma vitória para todos os câmpus. O conselheiro
1031 Rafael Leitzke explicou que o câmpus Pelotas, por ter refeitório montado, recebe dinheiro da
1032 merenda escolar – R\$190.000,00, que só pode ser usado na compra de alimentos e essa
1033 alimentação só pode ser distribuída gratuitamente a alunos atendidos pelo PNAES; essa é a
1034 diferença entre o câmpus Pelotas e os outros câmpus, que por não terem refeitório não podem
1035 receber tal recurso; que ao transformar o refeitório em restaurante, vai atender todos os
1036 estudantes e fazer a cobrança; que a grande dificuldade será fazer a separação do alimento que
1037 recebe para distribuição gratuita do outro que será servido na mesma estrutura para todos os
1038 estudantes que deverão pagar determinado valor, talvez subsidiado, dependendo do modelo
1039 adotado; que o restaurante poderá atender servidores, sem subsídio; este problema é de alto
1040 teor jurídico; é uma responsabilidade muito grande pois se não usar o recurso do PNAES para
1041 compra de alimentos precisa devolvê-lo, o que ocorre com o câmpus Pelotas Visconde da Graça,
1042 que tem convênio para fornecimento de refeições e por isso devolve a verba de R\$ 80.000,00;
1043 que a transformação no câmpus Pelotas demandaria de início a construção de duas cozinhas,
1044 uma para trabalhar com o recurso do PNAES e outra para o fornecimento subsidiado, o que na
1045 prática seriam dois restaurantes; que esse estudo é que deveria ser feito e é específico para o
1046 câmpus Pelotas; que é diferente da UFPel, que só trabalha com o subsidiado,
1047 independentemente da situação econômica do aluno; que os demais câmpus teriam que

D.F.

Xae.

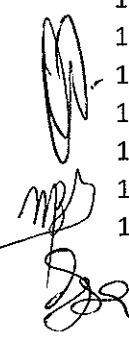
✓

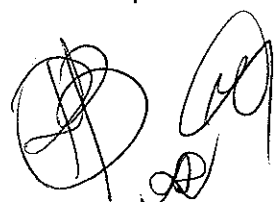




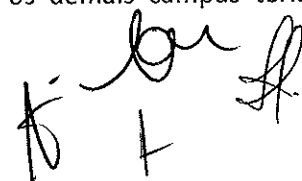
al

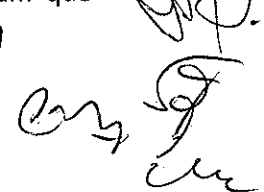






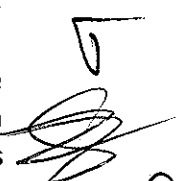






1048 construir e equipar refeitório e cozinha. Explicou ao conselheiro Matheus Venturini que quando
1049 o câmpus tiver refeitório, passará a receber a verba do PNAES; que nesse momento discussão
1050 única para todo o IFSul não é muito aplicável. O presidente propôs GT para estudar a viabilidade
1051 futura de implantação de RU no câmpus Pelotas, com participação do da gestão do câmpus
1052 Pelotas, DEGAE, PROAP, as conselheiras do câmpus Pelotas Daiani Luche e Januza (propositora
1053 da pauta). Ficou definido que até sexta-feira próxima as pró-reitorias e o câmpus Pelotas
1054 encaminharão o nome de seus representantes no GT para o e-mail da reitoria. Entrou em pauta
1055 a **COE para eleição de diretor-geral do câmpus Venâncio Aires**. A conselheira Giselle
1056 Schweickardt explicou que o câmpus procedeu à eleição da COE e está submetendo os nomes e
1057 o regulamento, que obedece ao modelo padrão, à apreciação do Conselho. Informou que a
1058 eleição será em 06 de julho e que o processo estará encerrado em 04 de agosto. O presidente
1059 lembrou que o câmpus completou cinco anos e que esta eleição é para mandato complementar,
1060 até a próxima eleição geral. Não havendo destaques, a COE foi homologada e o regulamento
1061 aprovado por unanimidade. O assunto seguinte foi a **COE para eleição do câmpus Bagé**, em
1062 situação semelhante à do câmpus Venâncio Aires. O conselheiro Célio Ziotti disse que esta COE
1063 foi eleita e que a eleição será em 22 de junho. Foram homologados os nomes da COE e aprovado
1064 o regulamento por unanimidade. Entrou em pauta o **ajuste nos PPC dos cursos técnicos e de**
1065 **graduação do câmpus Bagé**. Não havendo destaques, foi aprovado por unanimidade. Dando
1066 continuidade, foi apresentada a proposta de **atualização do PPC Superior de Tecnologia em**
1067 **Agroindústria do câmpus Pelotas-Visconde da Graça**. Sem destaques, foi aprovado por
1068 unanimidade. A seguir foi submetida à apreciação a proposta de **alteração da carga horária total**
1069 **do curso superior de Tecnologia em Sistemas para Internet do câmpus Pelotas**. Não tendo
1070 havido destaques, foi aprovada por unanimidade. O assunto seguinte foi a **alteração do Anexo**
1071 **do câmpus Pelotas na OD**. O conselheiro Rafael Leitzke explicou que o sistema está trabalhando
1072 com arredondamento de 0,5 pontos e a OD faculta, no art. 117, que o arredondamento seja de
1073 0,1 ponto; o assunto foi apresentado aos cursos do câmpus Pelotas e de 19 consultas 14 foram
1074 favoráveis a que se trabalhasse com 0,1. O conselheiro Milton Almeida disse que o câmpus
1075 estava trabalhando de forma distinta; que para os cursos superiores usa 0,1 e para os técnicos
1076 adota 0,5; que a OD diz que os arredondamentos são sempre para maior e que o Q-Acadêmico
1077 não acompanha a OD. O convidado Ricardo Costa disse que no câmpus Pelotas o Q-Acadêmico
1078 estava arredondado para a nota mais próxima; que os câmpus que apresentarem tal problema
1079 devem informar à PROEN para que esta faça uma varredura e providencie os ajustes necessários.
1080 A conselheira Daiani Luche perguntou se o assunto foi incluído por decisão de gestão ou se os
1081 alunos foram consultados. O conselheiro Rafael Leitzke respondeu que a ação foi provocada por
1082 aluno que entrou com requerimento fazendo esse pedido; que olhando a OD percebeu a
1083 inconsistência e depois consultou as coordenadorias dos cursos que, após discutirem com os
1084 professores, optaram por obedecer à OD; que vale a nota que o aluno tira, com tolerância do
1085 0,1, arredondando sempre para mais. O conselheiro Iuri Rocha relatou a inconsistência do
1086 sistema verificada no câmpus Bagé, uma vez que o sistema arredonda apenas quando a nota é
1087 igual ou superior a 6. Submetido à votação, foi aprovado com 2 votos contrários. Foi colocada
1088 em pauta a aprovação do **Anexo do câmpus Sapiranga na OD**, aprovado por unanimidade. A
1089 seguir tratou-se da **alteração do Anexo do câmpus Bagé na OD**, aprovado por unanimidade. A
1090 conselheira Silvana Maschio leu documento elaborado pelos servidores técnico-administrativos
1091 do câmpus Passo Fundo sobre **capacitação dos servidores**, arquivado no material desta reunião.
1092 O presidente Marcelo Bender lembrou que muitas adequações acontecem não por que se quer,
1093 mas pela força das contingências; que desde o ano passado estamos vivendo um contexto que
1094 tem nos empurrado para questões de poucos recursos, inclusive com a redução de alguns
1095 recursos que vínhamos trabalhando há muito tempo, como ressarcimento para qualificação;

Dr.
Jae









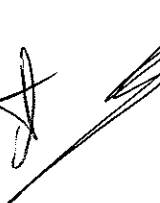




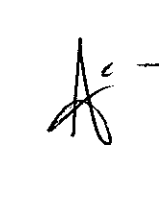




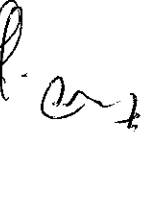















1192 usados nos editais PROGEPI/PROPEP justamente por reconhecer a diferença entre perfil
1193 profissional e área de atuação; estão pensando numa relação de pesos no sentido recebeu/não
1194 recebeu alguma vez apoio financeiro, tempo de serviço na instituição independente do cargo
1195 que ocupa, e finalmente tempo de serviço no cargo que ocupa atualmente. A análise de mérito
1196 aos projetos é feita antes, no fluxo normal dos projetos. No caso do técnico-administrativo a
1197 questão da correlação direta já aparece na avaliação dos projetos que são submetidos à
1198 aprovação; que os critérios serão basicamente uma verificação de conformidade; que estão
1199 construindo uma matriz de pontuação e a matriz de pesos que vão estabelecer a prioridade de
1200 quem vai receber. A conselheira Silvana Maschio perguntou se a partir do edital haverá garantia
1201 de ressarcimento. O convidado Hilbert respondeu que quem já recebe apoio terá a preservação
1202 dos valores originalmente definidos na aprovação do projeto; que se houve alteração de valores
1203 deverá ser analisado; que novos deverão ser adequados ao regulamento; que os 150 projetos
1204 que estão em execução foram avaliados individualmente e cada um tem um parecer financeiro,
1205 para fazer a adequação. Os novos projetos entrarão na adequação. Disse que a gestão sempre
1206 deu provas de maneira concreta de manter o compromisso de garantir apoio à qualificação ao
1207 longo desses anos, inclusive mantendo apoio financeiro integral a todos os projetos. O
1208 presidente disse que é um prejuízo institucional quando há investimento na formação do
1209 servidor e ele não consegue concluir ou a instituição não consegue chegar ao final com aquele
1210 recurso; que essa é a importância de criar políticas sustentáveis; lembrou que a diminuição da
1211 matriz orçamentária fragiliza não só este processo mas todos os de manutenção da instituição;
1212 que no ano passado a nota explicando a necessidade de parar foi decorrência da fragilidade em
1213 que estávamos, porque uma coisa é correr atrás de orçamento, mas no fim do ano tem que
1214 correr atrás do financeiro; que no fim do ano passado conseguiu trazer mais recurso de custeio
1215 em função da ineficiência de aplicação de outras instituições, o que deu fôlego ao receber
1216 recursos em 31 de dezembro; que o ressarcimento foi feito uma semana depois; que o
1217 regramento permite que se faça programação, embora se o governo mandar menos recursos
1218 haja impacto em muitas ações, mas o compromisso é honrar o que foi pactuado mas de forma
1219 mais consistente, porque vai estar olhando o orçamento; que com a ida para o novo prédio
1220 estamos economizando um volume grande de recursos antes gastos com aluguéis. O convidado
1221 Nilo Campos explicou que o dinheiro vai para qualificação e capacitação; que existe rubrica na
1222 previsão orçamentária para capacitação, mas é vazia por isso há dez anos vem sendo tirado
1223 dinheiro de um lugar para colocar em outro; que por isso se faz rateio duas vezes por ano; que
1224 o governo fala em política de capacitação e qualificação mas nunca coloca dinheiro; durante 10
1225 anos eram bancados 100% dos projetos de qualificação e capacitação, mas a mudança da
1226 situação leva à necessidade de regramento. A conselheira Daiani Luche perguntou como está
1227 sendo feita a política de capacitação; disse ter trabalhado no núcleo do câmpus Pelotas, que
1228 trabalhava em conjunto com outros câmpus que tinha uma política que vinha de uma legislação
1229 de fornecer a capacitação necessária para o servidor; que montou projetos e trabalhou até 2014,
1230 foi um curso que montou baseado nessa legislação que dizia que a instituição tinha que fornecer
1231 essa capacitação; que a política da época era essa, a gente montava os projetos, nos moldes do
1232 curso introdutório, trazia pessoal dos setores para ministrar as aulas e mostrar como funcionava
1233 a instituição e funcionava muito bem; que de 2015 para cá, parou. Lembrou que a capacitação
1234 é para o servidor progredir na carreira. O conselheiro Mack Pedroso disse que há algum tempo
1235 houve cinco professores dispensados para mestrado, mas só um recebeu apoio de meia bolsa
1236 ao final do ano; dos outros quatro, dois desistiram por falta de condições; que entende que a
1237 situação está complicada, mas melhorou um pouco daquele templo para cá. O convidado Hilbert
1238 disse que os projetos vindos dos câmpus têm tido continuidade; que hoje temos em torno de
1239 1.800 servidores, uma realidade bem diferente de algum tempo atrás; que a maioria dos

Dr. J. al.



1232 curso introdutório, trazia pessoal dos setores para ministrar as aulas e mostrar como funcionava
1233 a instituição e funcionava muito bem; que de 2015 para cá, parou. Lembrou que a capacitação
1234 é para o servidor progredir na carreira. O conselheiro Mack Pedroso disse que há algum tempo
1235 houve cinco professores dispensados para mestrado, mas só um recebeu apoio de meia bolsa
1236 ao final do ano; dos outros quatro, dois desistiram por falta de condições; que entende que a
1237 situação está complicada, mas melhorou um pouco daquele tempo para cá. O convidado Hilbert
1238 disse que os projetos vindos dos câmpus têm tido continuidade; que hoje temos em torno de
1239 1.800 servidores, uma realidade bem diferente de algum tempo atrás; que a maioria dos

1240 técnico-administrativos está em nível de capacitação 4, que vai alterando o tipo de demanda;
1241 que hoje a demanda altera a qualidade, o que estão tentando diagnosticar; que os projetos de
1242 capacitação continuam, tem iniciativas de técnicos de referência; aumentou o número de
1243 capacitações com oferta direta, como o e-Etec Idiomas; que teve ações da PROAP, da PROGEP,
1244 de preparação pedagógica, ações interessantes com origem nos câmpus; que com os 14 câmpus
1245 muda a forma de fazer; que há projeto para capacitar para trabalhar melhor com educação a
1246 distância; o desafio é aproximar a capacitação pessoal legítima com a necessidade institucional
1247 estabelecida a partir de seu plano de desenvolvimento. A conselheira Daiani Luche perguntou
1248 como está sendo feito esse levantamento. O convidado Hilbert respondeu que ainda não está
1249 sendo feito, até por precisar de um apoio tecnológico para dinamizar; que os projetos de
1250 capacitação continuam em fluxo contínuo. O convidado Nilo Campos disse que caiu
1251 sensivelmente a procura por capacitação, principalmente pelos técnicos e que a demanda
1252 docente é mais focada na qualificação. Lembrou que a instituição investiu mais de R\$
1253 15.000.000,00 nos últimos dez anos; que mais de 90% dos técnicos já estão no nível 4; que a
1254 instituição precisará sempre da capacitação permanente; que o modelo do técnico de referência
1255 também se exauriu; que deve ser aberta nova frente de diálogo para discutir novas ofertas; que
1256 convênio com ENAP em Rede está oferecendo vários cursos, inscrições estão abertas com foco
1257 em algumas áreas de gestão; que estão alternado pareceres lincando-os com a avaliação de
1258 desempenho, uma vez que não é contemplada nem cobrada. O presidente lembrou que o ENAP
1259 em Rede foi uma conquista interessante, uma vez que trouxe à interiorização dos cursos. A
1260 conselheira Daiani Luche perguntou sobre a possibilidade de projetos nos moldes anteriores
1261 podem ser rodados e quando. O presidente respondeu positivamente e disse que são de fluxo
1262 contínuo. A conselheira manifestou sua preocupação com cursos a distância por se afastarem
1263 da realidade e o interesse é trazer o servidor para a realidade do seu câmpus; que nota que hoje
1264 as pessoas vivem muito isoladas em seus setores e a interação e o conhecimento do que outros
1265 setores fazem é importante; que servidores antigos façam reciclagem sobre legislação e normas
1266 da instituição. O convidado Hilbert disse que a capacitação pode ser de feita de três formas:
1267 projetos individuais ou de pequenos grupos, as que mais ocorrem hoje, ações coletivas dos
1268 câmpus ou ações partindo da administração; que a dificuldade é atendimento a todos os
1269 câmpus; que há necessidade de adequação de laboratórios. O convidado Nilo Campos disse que
1270 os câmpus tem que fazer propostas de capacitação e que o ideal é a instituição proporcionar
1271 capacitações, porque dispense menos recursos. A conselheira Silvana Maschio disse não estar
1272 criticando o trabalho, inclusive reconhece o empenho constante do convidado Nilo Campos na
1273 defesa dos servidores, mas questionou a representatividade nas decisões e disse que o câmpus
1274 Passo Fundo quer participar, uma vez que não se sente participante de decisões que lhe dizem
1275 respeito; que em relação a considerar que o assunto não era de competência do CONSUP,
1276 explicou ter sido solicitado pelos colegas do câmpus; que sabem das dificuldades financeiras;
1277 que no seu setor são três pessoas e que se submeter a um edital, talvez um ganhe 80% e os
1278 outros dois, não recebam nada no mesmo curso; gostariam de discutir se essa forma de
1279 distribuição seria a correta; que a posição é a de não estar representada nas decisões. O
1280 presidente disse que o que está faltando é a ponte de participação; que o colega que quiser
1281 participar nesta questão da política pode ir até à PROGEP, procurar o Hilbert, que está
1282 encabeçando o grupo que faz este estudo, até para incluir o que estão trazendo. O foro é a
1283 PROGEP até para que possa ser validado e operacionalizar o processo. Disse que o assunto
1284 poderá ser discutido em sua visita a Passo Fundo na próxima semana. A conselheira Silvana
1285 Maschio ratificou a importância de participar das decisões, pois os editais já chegam com as
1286 regras impostas, sem ter havido discussões anteriores. O convidado Nilo Campos disse que o
1287 perfil da PROGEP é de participação, é democrático; que quando surgiu a Lei 11.101, da carreira

DS

Ja

✓

B

EL

MS

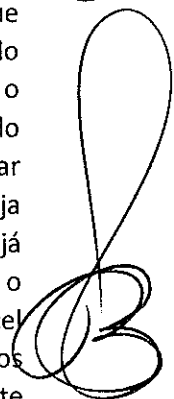
MS

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large circular stamp on the left and several individual signatures across the bottom.

1288 dos técnicos, ela determinava criação de três programas: capacitação, avaliação e
1289 funcionamento; que estes programas foram construídos no auditório do câmpus Pelotas com
1290 todos os técnicos que quiseram participar da discussão, agregando ainda os técnicos da UFPel;
1291 que trabalharam juntos até o momento de submeter aos conselhos, pois o nosso os aprovou o
1292 que não ocorreu com o conselho da UFPel; que é mais produtivo ir a Passo Fundo discutir do
1293 que fazê-lo num foro que não competência. A conselheira Daiani Luche disse que com a
1294 mudança das leis os técnicos não foram informados e por isso estão querendo voz no Conselho.
1295 O convidado Nilo Campos disse que o funcionamento do Conselho precisa ser readequado,
1296 trabalhando nos mesmos moldes da câmara ou senado, onde os assuntos são tratados por
1297 comissões temáticas, que após estudarem os assuntos os apresentarão no Conselho por um
1298 relator, tornando as reuniões mais produtivas, mais agilizado. Lembrou que nem todos os
1299 assuntos são pertinentes, por determinações da legislação. O presidente lembrou que isso já foi
1300 discutido anteriormente e que pode ser retomado em outro momento; ratificou que a pauta
1301 trazida pelo câmpus Passo Fundo poderá ser discutida quando de sua ida ao câmpus. A seguir,
1302 foi tratada a **criação de regulamento para afastamento dos TAES**, trazida pelo câmpus
1303 Avançado Jaguarão. O conselheiro Ricardo Cabral sugeriu a criação do documento, nos mesmos
1304 moldes da resolução 81/2014, garantindo afastamento remunerado para pós *stricto sensu*,
1305 principalmente por busca de isonomia de direitos entre docentes e técnicos. O presidente
1306 explicou que em reunião deste Conselho em Sapiranga foi tirado um grupo para estudar a
1307 possibilidade de regulamentação para afastamento de TAES e que poderia resgatar aquela
1308 comissão; que regulamentar nos mesmos moldes dos docentes é impossível por questões de
1309 legalidade; que precisamos entender quais espaços precisamos ocupar e legalidade deve ser
1310 trabalhada em outro espaço, que o caminho é um projeto de lei, levando-o a instâncias
1311 superiores, tentando alguma mudança na lei. A conselheira Fernanda Mello, integrante da
1312 referida comissão, disse que há duas questões que diferenciam os afastamentos para
1313 capacitação de técnicos e docentes; uma é poder sair a qualquer tempo, o que não se aplica
1314 para os técnicos e a contratação de substitutos, pois não há a figura do técnico substituto; que
1315 isso não impede a tentativa de regulamentar, mas o complicador é ter quem fique no lugar do
1316 técnico que se afasta; sobre a comissão, lembrou que foi o câmpus Passo Fundo que trouxe o
1317 assunto ao Conselho, originando a sua criação, presidida pela PROGEP, com representantes do
1318 sindicato, Passo Fundo, Camaquã, Pelotas, mas as reuniões não aconteceram; sugeriu pensar
1319 uma forma para que realmente aconteçam as discussões e que a portaria 1319/2015 seja
1320 revogada. O convidado Nilo Campos disse que é uma questão complexa, que o afastamento já
1321 está regido, que os problemas são os apontados pela conselheira Fernanda Mello; que o
1322 docente pode sair no período de estágio probatório e o técnico não. A conselheira Marlise Vitcel
1323 argumentou que o afastamento dos técnicos está nas mãos dos gestores, e que muitos
1324 certamente nunca serão liberados, por serem os únicos de seu cargo, como médico, assistente
1325 social. O convidado Nilo Campos disse que a solução é aceitar técnico substituto; que não
1326 entende por que as entidades sindicais não aceitam, dizendo que vai precarizar o serviço; que
1327 precarizar é terceirizar pagando metade do que se paga ao servidor efetivo; que não vê
1328 problema no professor substituto desenvolvendo a atividade mais importante da instituição;
1329 que existe proposta no CONIF e MEC prevendo técnico substituto; que vem brigando porque
1330 servidor técnico não pode adoecer nem engravidar por não ter substituto; que se quer
1331 igualdade, inclusive buscando a RSC para técnicos; que não há explicação plausível para não ter
1332 técnicos substitutos; pediu às chefias que defendam o técnico substituto, como forma de
1333 resolver a questão e não penalizar os servidores. A conselheira Marlise Vitcel perguntou se
1334 enquanto isso não se cria uma política norteadora. O convidado Nilo disse que não há política;
1335 que o problema é liberar ou não; que existe lei que garante o direito a afastamento. O

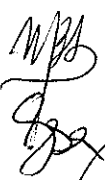
Prof.
J. al.







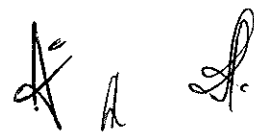


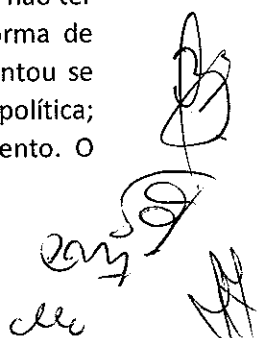






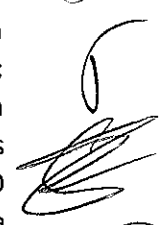


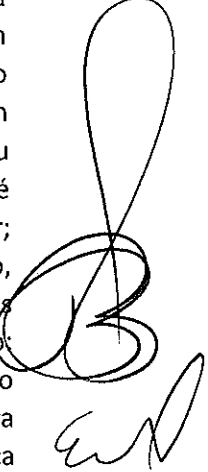


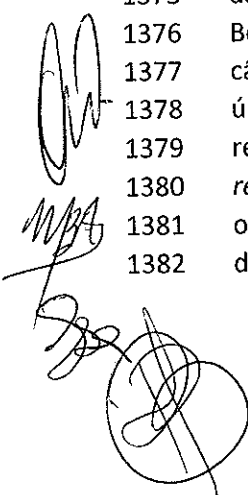


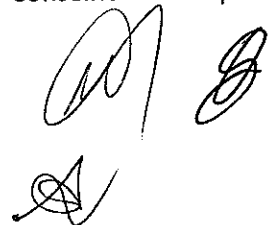
1336 conselheiro Osni Rodrigues disse concordar com o convidado Nilo Campos, mas que enquanto
1337 não tiver lei que regulamente a saída dos técnicos, não podemos ficar parados, à mercê da
1338 gestão; que o programa que prevê o afastamento do docente diz quais as regras para tal; e é o
1339 que os técnicos precisam, que não podem ficar só nas mãos do gestor, decidindo quem pode e
1340 quem não pode; que precisamos de um grupo de trabalho para definir isso. O convidado Nilo
1341 Campos não vê problema em estudar, mas admite que haverá problemas. Lembrou haver duas
1342 palavras muito diferentes na legislação: deverá e poderá; quando o empregador quer seguir a
1343 lei, diz, "O servidor deverá", é obrigatório; se diz "poderá", aí é poder discriminatório; o
1344 afastamento docente poderá ser concedido ou não, o afastamento do administrativo poderá ser
1345 concedido ou não; todo afastamento docente está regrado na Lei 8745; que os técnicos devem
1346 ser incluídos nessa lei; que fora isso, não há regulamento interno que possa obrigar reitor,
1347 diretor ou chefe a fazer liberar ações que não lhe sejam favoráveis. O conselheiro Osni Rodrigues
1348 disse que os as liberações não podem ficar à mercê do gestor e que o Conselho Superior tem
1349 autonomia como instância superior. O convidado Nilo Campos ratificou o teor do art. 17, da Lei,
1350 lembrando que pessoal é prerrogativa exclusiva do órgão central do SIPEC, da Secretaria de
1351 Gestão Pública do MPOG, dos órgãos seccionais, CCGP do MEC e, por fim, das pró-reitorias de
1352 Gestão de Pessoas. A conselheira Giselle Schweickardt disse que este é um assunto forte no
1353 câmpus Venâncio Aires; disse que não pode acontecer de os câmpus terem posicionamentos
1354 diferentes; que vivencia este problema quando servidores vão pedir redução de carga ou
1355 afastamento e a resposta não é positiva, porque os servidores dizem que em determinado
1356 câmpus ou na reitoria isso é possível; que institucionalmente não se pode achar que é assim,
1357 até que tenha uma lei que mude, que a gente tem que fazer um esforço para ter algum
1358 regulamento inicial; que não há um esclarecimento efetivo sobre o direito ao afastamento;
1359 solicitou que a PROGEP vá ao câmpus para conversar sobre o assunto; que é preciso tentar um
1360 tratamento mais igual para todos; que é preciso pensar nos câmpus pequenos que têm apenas
1361 um servidor para determinados cargos, o que praticamente impede seu afastamento. O
1362 presidente relatou sua experiência como docente do câmpus Pelotas, quando faziam escala para
1363 liberação e os demais colegas cobriam os compromissos do afastado; que as dificuldades devem
1364 ser superadas com espírito colaborativo, até que se tenha outras bases legais. O conselheiro
1365 Pablo Mendes disse que os docentes também podem se afastar sem substituto, com
1366 colaboração de outros colegas, que assinam ata garantindo o cumprimento de seu trabalho, ou
1367 pelo agrupamento da carga horária do servidor. O presidente disse que esse procedimento é
1368 feito na reitoria, onde colegas se agrupam para cobrir o serviço do servidor que quer se afastar;
1369 falou da pactuação entre gestores na perspectiva de como dividir o trabalho com colaboração,
1370 inclusive entre câmpus. A conselheira Fernanda Mello disse que, diferente dos docentes, os
1371 técnicos precisam viver presos à hierarquia. Propôs seguir a regra criada para a capacitação
1372 baseado no número de horas e número de servidores de um setor era feito cálculo permitindo
1373 a liberação. O convidado Nilo Campos lembrou que o Conselho não tem competência para
1374 validar situações que estão sujeitas à legislação. O presidente se propôs a trabalhar na mudança
1375 da cultura que diferencia TAEs/docentes; na necessidade de formação dos. O convidado Marcos
1376 Betemps falou que o Curso de **Especialização em Linguagens e Tecnologias na Educação**, no
1377 câmpus Passo Fundo, está rodando desde agosto 2015 e não foi finalizado em função de uma
1378 última solicitação feita pela Câmara de Ensino que não atendida a tempo de entrar nesta
1379 reunião, por isso está informando a necessidade de que seja solicitada uma portaria *ad*
1380 *referendum* nos próximos dias permitindo que o curso inicie em seguida; não havendo portaria,
1381 o curso só poderá rodar em 2017. Finalizando, a conselheira Marlise Vitcel agradeceu a presença
1382 do Conselho no câmpus Sapucaia do Sul e convidou para o próximo encontro do NUGED nos

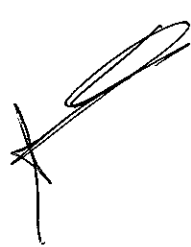
Dr.
Jal.

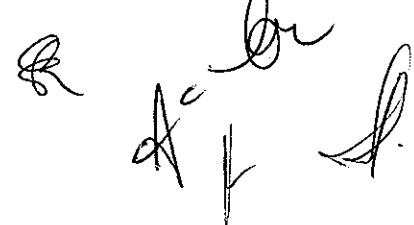


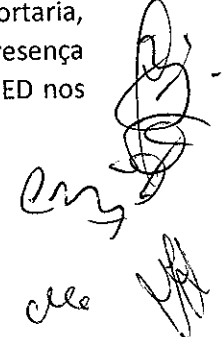












[illegible]

5